

Universidade Federal do Ceará

Reflexões sobre o
Tractatus logico-philosophicus

Lília Palmeira Pinheiro
Fortaleza, Junho de 2006

Lília Palmeira Pinheiro

Reflexões sobre o Tractatus logico-philosophicus

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia contemporânea.

Orientador: Dr. Tarcísio Pequeno

Universidade Federal do Ceará.

Fortaleza
Universidade Federal do Ceará
Junho de 2006

Lília Palmeira Pinheiro

Reflexões sobre o Tractatus logico-philosophicus

Defendida e aprovada em 23 de junho de 2006.

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Tarcísio Haroldo Cavalcante Pequeno
Universidade Federal do Ceará
Presidente da banca examinadora

Dra. Maria Aparecida Montenegro
Universidade Federal do Ceará
Examinadora

Dr. Ernst Tugendhat
Universidade Livre de Berlim
Examinador

Fortaleza
Universidade Federal do Ceará
Junho de 2006

AGRADECIMENTOS

Seria injusto não citar aqui pelo menos seis nomes, que foram meus guias maiores em minha trajetória filosófica de até então. Poderia descrevê-los até como minha família filosófica. Custódio e José Maria, queridos irmãos, porque cúmplices nas horas fáceis, de discussões produtivas e sempre agradáveis. Aparecida, irmã mais velha que vem à casa no momento providencial para dar o suporte que a caçula demanda. Tarcísio é genitor, provavelmente materno porque não poderia existir quem proporcionasse maior acolhida e cuidado, sem esquecer o rigor que leva o filho à busca de sua primazia. Guido é pai severo, rigoroso e exigente, mas que tem sempre toda disposição e paciência. Por último aquele que denominarei aqui de meu marido filosófico, a quem eu devo provavelmente a maior parte do meu encanto pela filosofia, aquele que se descobre comigo e me deixa me descobrir com ele, meu grande amigo Ruy Carvalho, que nunca me abandona – até porque eu não deixo. Muitíssimo obrigado a todos por me deixarem carregar em mim uma linda parte de vocês.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a minha irmã Lana, que é para mim o que mais se aproxima do que eu poderia designar como ponto fixo, que compartilha não só os genes, mas tudo o que me há de mais caro: os valores; e a minha grande amiga Neyla, que me acompanha de perto e apóia durante todo este percurso.

RESUMO: Resolver os problemas da linguagem enquanto representação é o foco principal do *Tractatus*. Para realizar tal tarefa, Wittgenstein propõe uma teoria pictórica que parece criar uma estratégia convincente para assegurar que as regras lógicas do mundo possam determinar como os símbolos lingüísticos, em suas estruturas sintáticas e semânticas – não somente os signos, quando apropriadamente articulados em proposições, podem efetivamente representar fatos possíveis.

Surpreendentemente, uma vez que Wittgenstein resolve essa questão, ele descobre que as regras da linguagem são também as regras do mundo, eles compartilham a mesma essência, e assim, ele acaba criando não somente uma teoria lingüística, mas também uma teoria ontológica.

Meu intuito principal é considerar em que consiste a teoria criada por Wittgenstein, buscando levantar algumas questões problemáticas que se mostram plausíveis diante da perspectiva defendida na obra.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem, Teoria Pictórica, Mundo.

ABSTRACT: To solve the problems of the language as representation is the focal point of the *Tractatus*. In order to accomplish this task, Wittgenstein propose a pictorial theory that seems to create a convincing strategy to assure that the logic rules of the world can determinate as the linguistic symbols, in their syntactic and semantic structures – not only the signs, when properly articulated into propositions, can effectively represent possible facts.

Surprisingly, once that Wittgenstein solved this concern, he find out that the rules of language are the rules of the world, they share the same essence, and so, he ended to create not only a linguistic, but also an ontological theory as well.

My primary intention is to consider the theory created by Wittgenstein, trying to rise up a few plausible problematic questions that appear in face of the perspective defended in the text.

KEY WORDS: Language, Pictorial Theory, and World.

SUMÁRIO

Prefácio -----	08
Introdução -----	09
PARTE I	
1. A Ontologia -----	13
1.1. O Objeto -----	14
1.2. O Estado de coisas e o Fato Atômico -----	17
1.3. O estado de coisas complexo -----	20
1.4. A Realidade e o Mundo -----	22
1.5. Considerações -----	27
2. A Teoria da figuração -----	28
3. A Linguagem -----	41
3.1. O Nome -----	43
3.2. Proposições Elementares -----	44
3.3. Proposições Moleculares -----	47
4. A Lógica -----	49
4.1. Propriedades Internas e Externas -----	56
5. A Matemática, a Ciência e a Filosofia -----	59
Considerações Finais -----	61
PARTE II	
Considerações iniciais -----	66
Questões Problemáticas	
1. A forma dos objetos -----	73
2. Objetos como substância do mundo -----	81
3. Independência das proposições elementares -----	83
4. A determinação da falsidade -----	85
5. O contra-senso do <i>Tractatus</i> -----	87
Conclusão -----	92
APÊNDICE	
Tabela de Isomorfia -----	94
Referências bibliográficas -----	95

PREFÁCIO

Há um fenômeno físico conhecido como ressonância. Trata-se de um fenômeno em que o movimento vibratório de um corpo físico provoca o movimento vibratório de um outro. Tentarei aqui caracterizá-lo através de exemplos.

Digamos que eu tenha em minha mão uma mola, fina, com talvez uns 15 a 20 cm de extensão. Seguro em uma extremidade dela e, na outra, coloco um contrapeso. Ao movimentar minha mão para cima e para baixo provoco um movimento no conjunto. Este movimento pode se comportar de algumas formas: se o movimento da minha mão for demasiado rápido, a mola se estende com um valor x ; se o movimento for demasiado lento ela se estende com um valor inferior a x ; mas - o que me interessa aqui ressaltar, há um movimento, em algum lugar entre os dois citados anteriormente, em que o deslocamento da mola chega ao seu máximo e, se eu permaneço algum tempo executando repetidamente este movimento onde a mola encontra a sua máxima elongação, ela se rompe.

Outro fenômeno ilustrativo de ressonância é aquele, provavelmente muito conhecido por aqueles já receberam treinamentos militares, onde soldados atravessam pontes. Devido à ressonância, quando soldados em marcha atravessam uma ponte, a vibração de seus passos acarreta na ponte um movimento de oscilação, de forma que, se a vibração entra em ressonância com a ponte, ou seja, leva-a a sua máxima amplitude de movimento, ela, tal como a mola, se rompe. Caso similar pode ocorrer em estádios de futebol, quando torcedores se agitam.

Ressonância também pode ser verificada quando um determinado tipo de som quebra um cristal.

Wittgenstein, para mim, enquanto corpo físico, tem este poder, ele provoca tamanha agitação em meu ser, que às vezes sinto-me próxima ao estilhaçar.

Entrar em contato direto com sua obra torna-se menos ameaçador na medida em que o faço através de alguns comentadores e aí, com o ser um pouco mais preparado para sua ‘vibração’, retorno a ele, mais resistente e, profundamente, encantada.

INTRODUÇÃO

O *Tractatus* é uma obra que em poucas páginas consegue elaborar, de forma bastante persuasiva, todo um sistema filosófico. Talvez Wittgenstein não concordasse em denominar o que ele elaborou de um sistema filosófico, vez que no próprio texto ele afirma que a filosofia não é uma teoria, mas apenas uma atividade elucidativa de pensamentos, mas, de fato, concordando ou não Wittgenstein, o *Tractatus* é um corpo teórico sistemático, o próprio nome assim já indica. Ele determina os papéis que cabem à matemática, à ciência, filosofia, lógica, ética, estética, religião, chegando até a contemplar o místico, e todo esse conhecer é bem estabelecido e delimitado, deixando claro até mesmo aquilo sobre o que não se pode nem mesmo falar com legitimidade, de modo que não o vejo como sendo nada menos que um sistema.

Denominar suas passagens de aforismos é se deixar sugerir mais pela numeração de seus parágrafos que pela distribuição e coesão de seu conteúdo. O conhecimento que ali está é profundamente conectado e o todo absolutamente sistemático. O que faz a numeração, longe de dissociar os conteúdos como em um texto aforístico, é exatamente explicitar o grau de vínculo entre as passagens.

Dante de obra tão densa, é possível que alguém se detenha a ela como diante de um texto irretocável em seus fundamentos. Claro que algumas questões polêmicas sempre podem se mostrar em diferentes versões interpretativas, mas isso pode ser tratado de forma a nunca abalar os alicerces da obra, deixando as discussões girando apenas em torno de detalhes não comprometedores.

É mister, porém, se levar em boa conta que se em um momento Wittgenstein pretendeu com o *Tractatus* estabelecer as verdades definitivas da filosofia, e acreditou mesmo tê-lo feito, como menciona no próprio prefácio da obra¹ - e isso nos diz muito sobre a pretensa perfeição da obra, em outro momento ele o abandona, e modifica radicalmente sua trajetória filosófica, nem mesmo tentando salvaguardar e aprimorar seus escritos tractatianos, mas simplesmente ignorando-os e iniciando uma empreitada filosófica bastante diversa.

¹ “[...] a verdade dos pensamentos aqui comunicados parece-me irretocável e definitiva. Portanto, é minha opinião que, no essencial, resolvi de vez os problemas” (Wittgenstein. Prefácio do *Tractatus*).

Esses dois fatos, a pretensa perfeição sistemática do *Tractatus*; e seu posterior abandono e obviamente descrédito por parte do próprio autor, ao mesmo tempo em que nos instigam, dá-nos liberdade para estudá-lo através de uma abordagem crítica.

Instigam porque, em se tratando de um sistema, sabemos que deve primar por amplitude e consistência, e se ele foi abandonado pelo próprio autor, é porque este percebeu algum problema em seu texto e, por sua atitude, não de remediação, mas de abandono da obra, os problemas deveriam mostrar-se para ele provavelmente insolúveis. Liberdade porque se o próprio autor não tentou refazer a obra, mas, a abandonou, não vejo porque sentir-nos desautorizados a questioná-la.

Liberdade ainda mais porque Wittgenstein não indicou sistematicamente os pontos que o fizeram abdicar do *Tractatus*, ele simplesmente o renegou, comentando eventualmente algumas de suas posteriores discordâncias com relação a este (ex., cf. *Investigações*, § 23). Abre-nos isso uma variedade de opções investigativas e nos deixa envoltos em incontáveis possibilidades especulativas.

Diante desse quadro, duas coisas me interessam primordialmente, a primeira é expor a própria obra, tentando compreender questões e soluções apontadas por Wittgenstein com relação à linguagem enquanto representação do mundo, pretendendo ainda contemplar aquelas questões que não são cruciais, que se mostram apenas polêmicas, mas não necessariamente problemáticas. Em segundo lugar, pretendo tentar vislumbrar algumas questões verdadeiramente problemáticas que advém de sua teoria.

Chamo questões polêmicas àquelas que aparecem diante das diversas possibilidades interpretativas abertas pelo texto, são questões como: a atualidade ou possibilidade dos estados de coisas, se nomes são ícones ou símbolos, se realidade e mundo são conceitos intercambiáveis ou se possuem diferentes extensões etc. Para solucionar definitivamente tais questões, talvez o único recurso fosse interrogar o próprio autor. Diante da impossibilidade disso, pode-se tentar acessar seu modo de pensar através de uma exegese da própria obra, mas também de outras produções textuais que certamente se mostram elucidativas, como seus Diários, de modo que, talvez assim, pudéssemos nos apossar de algum modo de suas perspectivas intelectivas. Talvez nem mesmo assim se tenha

êxito em dirimir todas as questões, mas parece ser um caminho promissor que pretendo trilhar. De qualquer modo, a divergência interpretativa de tais questões não parece de modo algum comprometer a integridade da obra e, portanto, não pretendo importar-me muito em defender alguma interpretação em detrimento das demais, pretendo, pois, muito mais expô-las.

Meu objetivo inicial é apresentar a teoria tractatiana no que concerne à questão da linguagem enquanto representação e suas implicações relativas à filosofia, matemática e ciência, abordando dentro disso as questões polêmicas que se apresentarem, sem necessariamente me comprometer com algumas soluções específicas, visto não serem cruciais à congruência da obra, mas também sem isentar-me de opiniões quando a prevalência de algumas delas for para mim plausível.

Já algumas questões que considero problemáticas - não meramente polêmicas, que são fruto não somente de divergências interpretativas inócuas, questões que são difíceis de conciliar diante dos próprios pressupostos da obra, é nosso intuito nos debruçarmos sobre elas. Quanto a essas questões, não se pode apenas apresentá-las despretensiosamente sem preocuparmo-nos com as implicações que trazem, elas precisam ser dissecadas em todas as suas consequências, e esse será o objetivo primordial desse trabalho.

A essas questões problemáticas me dedicarei após toda a apresentação do desenrolar do pensamento do autor, de modo que já nos tenha sido possível uma visão panorâmica das questões que deveremos tratar.

O trabalho desenvolver-se-á, portanto, em duas etapas: a primeira parte tratará de expor uma perspectiva puramente tractatiana em sua pretensão de perfeição; a segunda consistirá da apresentação e análise das questões problemáticas da obra, que se mostram mais difíceis de conciliar diante das prerrogativas do próprio texto.

É por bem ainda deixar claro que não pretendo aqui abordar a obra em todo o seu conteúdo. Restringo-me, pois, às questões fundamentais sobre a linguagem enquanto representação, chegando a abordar apenas as questões que dizem respeito à filosofia, matemática e ciência. Pretendo restringir-me, pois, ao que é basilar, sem preocupar-me com os desdobramentos que se seguem em relação às questões éticas e místicas, mesmo sabendo que essas últimas tenham sido as questões que, declaradamente, Wittgenstein mais ambicionou solucionar.

PARTE I

1. A ONTOLOGIA

“Nenhuma descoberta cria coisas novas, pois que tudo já existe, mas apenas estabelece novas relações entre as coisas, dando novos significados”.

Pietro Ubaldi. Filósofo italiano.

A ontologia trata do que é a realidade, do que e como as coisas são. Esse estudo se justifica porque parece mesmo existir um mundo objetivo anterior a nós². Se ele é de fato, como supomos que é, e se é anterior a nós, é plausível querer saber o que ele é, do que se compõe, antes de saber de que forma pensamos ou falamos sobre ele.

Querer saber do que se trata esse mundo, sem nos perguntarmos antes pelas condições de possibilidade do nosso pensar e do nosso falar sobre ele, pode parecer retroagir alguns séculos no pensamento filosófico, não será este o caso aqui. A pergunta de Wittgenstein diretamente sobre o mundo, não é de forma alguma ingênuo, porque esse mundo wittgensteiniano não é puramente ontológico, mas, fundamentalmente lógico. O que significa isso?

Wittgenstein não entende que este mundo em que vivemos seja o único mundo possível, poderiam existir outros, com características completamente diferentes, mas a lógica se mostra intransponível em qualquer mundo imaginável. “Não podemos pensar nada de ilógico, porque, do contrário, deveríamos pensar ilogicamente” (3.03). “É que não seríamos capazes de dizer como pareceria um mundo ‘ilógico’” (3.031). A lógica se mostra, portanto, como uma barreira intransponível, nem sequer podemos pensar algo que a contrarie.

Sabendo que o mundo é lógico, prossigamos agora em busca de saber do que e como ele é constituído.

² Diários (11.6.16): “Eu sei, que este mundo é. Que eu estou nele como o meu olho no seu campo visual”. Tradução não publicada do Prof. Guido Imagiure.

1.1.O Objeto

Quando contemplo algo, contemplo suas semelhanças e dessemelhanças com algum outro. Distinguir com relação a nada é permanecer com o mesmo, assemelhar a nada é ficar com o próprio nada. Bem como, distinguir com relação a si mesmo é chegar a nada, e assemelhar a si mesmo é permanecer o mesmo³. Desta forma, só pode haver mundo quando objetos relacionam-se entre si, e não o haveria se objetos se relacionassem somente consigo mesmos ou com nada. Só podemos pensar em um mundo onde haja necessariamente relações entre objetos, e são essas relações que possibilitam a existência do mundo⁴.⁵

Segundo o Tractatus: “O estado de coisas é uma ligação entre objetos (coisas)” (2.01). “É essencial para a coisa poder ser parte constituinte de um estado de coisas” (2.011). Ou seja, é da essência do objeto, poder ser parte constituinte de uma relação com outros objetos. E vai além:

“Pareceria como que um acaso se à coisa, que pudesse existir só, por si própria, se ajustasse depois numa situação. Se as coisas podem aparecer em estados de coisas, isso já deve estar nelas. (O que é lógico não pode ser meramente-possível. A lógica trata de cada possibilidade e todas as possibilidades são fatos seus). Assim como não podemos de modo algum pensar em objetos espaciais fora do espaço, em objetos temporais fora do tempo, também não podemos pensar em *nenhum* objeto fora da possibilidade de sua ligação com outros” (2.0121).

Dito isso, esperamos ter justificado uma primeira característica do objeto tractatiano, a saber, a sua essência relacional.

“A coisa é auto-suficiente, na medida em que pode aparecer em todas as situações possíveis” (2.0122). Fique claro que: a coisa é auto-suficiente não porque pode aparecer em todas as situações, mas porque pode aparecer em todas as situações possíveis para ela. E a totalidade dessas situações possíveis em que o objeto pode se combinar é determinada. “Se conheço o objeto, conheço

³ Sabemos que isso não se encontra dessa forma explicitamente tratada no *Tractatus*, são considerações próprias que acredito plausíveis diante da interpretação da obra. Poderíamos aqui, inclusive, fazer uma analogia ao que faz Wittgenstein com relação às tautologias e contradições, quando ele afirma que uma proposição ao se combinar com uma tautologia permanece sempre a mesma, e ao combinar-se a uma contradição nada diz.

⁴ Mesmo que o mundo se limitasse a um conjunto de objetos idênticos em forma, ainda assim seriam dessemelhantes, e, portanto, comparáveis, em termos espaço-temporais.

⁵ É importante observar o conteúdo puramente lógico dessas afirmações, justificando-as como necessárias e não como pressupostos.

também todas as possibilidades de seu aparecimento em estados de coisas. (Cada uma dessas possibilidades deve estar na natureza do objeto)" (2.0123). Deixemos claro que Wittgenstein não está aqui, de modo algum, pressupondo dogmaticamente uma tal 'natureza' do objeto. Essa natureza não é um pressuposto, é uma necessidade lógica. Deste modo, se conheço o objeto, mesmo não sabendo que tipos de combinações ele de fato fará, saberei logicamente, contudo, quais serão todas as possibilidades de combinação que ele poderá vir a fazer.

Voltemos à natureza do objeto. Pois bem, dizer que o objeto tem uma natureza, e que ela pode ser determinada logicamente, é dizer que esse objeto tem determinadas características que podem ser determinadas sem recorrer a nenhum tipo de observação efetiva, empírica. Eu não preciso ir ao mundo para saber que um objeto visual tem que possuir uma cor - mesmo que não possa saber efetivamente que cor específica ele tenha. Um objeto do tato tem que ter uma textura, um sonoro, uma altura. Sei disso tudo sem necessidade de observar objetos específicos. Essa natureza, portanto, determina apenas uma forma de ser, e é ela que determina os limites das combinações possíveis com outros objetos. A essas características formais, lógicas, Wittgenstein chama de *forma* dos objetos. A forma é, portanto, a sua possibilidade de combinação com outros objetos, ela é também chamada de propriedade interna. "Para conhecer um objeto, na verdade não preciso conhecer suas propriedades externas – mas preciso conhecer todas as suas propriedades internas" (2.01231). Enquanto propriedades internas dizem respeito à forma do objeto, ou seja, às suas possibilidade de ligações com outros objetos, que podem ser determinadas logicamente; as propriedades externas – ter uma cor específica, como vermelho, por exemplo – e algo puramente circunstancial, que não pode ser determinado de antemão.

Todas as considerações acima, nos mostram que objetos, como categoria lógico-ontológica, determinam somente uma forma, mas nenhuma propriedade material. Mas, então, o que é mesmo um objeto? Não é uma caneta, por exemplo, um objeto? Para o *Tractatus*, não! "O objeto é simples" (2.02). Uma caneta é algo complexo, que pode ser decomposto em diversas partes, e estas, por sua vez, em outras, e estas em outras e assim, sucessivamente. Decompor não significa simplesmente dividir algo em partes, como quando divido meu tênis em solado, corpo, palmilha e cadarço. Decompor é decompor logicamente, e isso significa

decompor através de descrições. Desse modo, posso decompor qualquer complexo através de suas descrições.

Através de um recurso puramente lógico, entendemos que esse regresso deve terminar em algum ponto, sob pena de nunca podermos determinar o que seria um elemento último, indecomponível.

“Só havendo objetos pode haver uma forma fixa do mundo” (2.026). “O objeto é o fixo, o subsistente” (2.0271). E se assim não o fosse, o mundo não possuiria uma substância, e então, “ter ou não sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição” (2.0211). “Seria então, impossível traçar uma figuração do mundo (verdadeira ou falsa)” (2.0212).

Neste momento, não temos como fugir de antecipar conceitos. O próprio Wittgenstein o faz de maneira irremediável, quando veicula aqui, de antemão, termos como proposição e afiguração. Cabe aqui, pois, uma breve antecipação do que será mais bem elaborado posteriormente no seguimento de texto.

O autor do *Tractatus* estabelece, após suas considerações sobre o mundo, figuração e linguagem, um ponto em comum entre esses conceitos, e esse ponto em comum é lógico, portanto, necessário. Ele conclui com uma perfeita isomorfia entre linguagem e realidade, possibilitada por uma forma lógica comum a ambas, e, nas últimas citações acima, ele faz uso exatamente dessa analogia para justificar a necessidade de objetos como substância do mundo em virtude da necessidade de sentido de uma proposição, bem como de podermos, por isso, afigurar o mundo. Tornado isso claro, o que o autor faz, deixaremos para depois a explicação do porquê de tê-lo feito. Por agora, assumamos a validade do que disse.

Essa forma fixa que é o objeto, não é, como já se disse, algo material, ao qual possamos ter acesso empírico, pelo contrário, ele é algo transcendental, encontrando-se no nível da possibilidade do mundo empírico. Neste sentido, ele não existe empiricamente, mas subsiste enquanto necessidade lógica.

“É óbvio que um mundo imaginário, por mais que difira do mundo real, deve ter algo – uma forma – em comum com ele” (2.022). “É óbvio que essa forma fixa consiste precisamente de objetos” (2.023). O objeto tractatiano é, pois, o relacional, o simples, o fixo, o subsistente, o auto-suficiente (mas com possibilidades de relações determinadas).

Vimos em relação ao objeto que, além de suas propriedades formais - que o autor chama também propriedades internas - existem também as propriedades externas, que são as propriedades que os objetos apresentam em suas ligações com outros objetos. Enquanto as primeiras determinam o que é o fixo, o invariável, as segundas determinam o variável, o instável. A forma dos objetos determina a possibilidade da estrutura dos estados de coisas (ligações entre objetos). Grosso modo, poderíamos dizer, que enquanto a forma de um objeto visual determina necessariamente que ele tenha uma cor, a estrutura do estado de coisas determina todas as possibilidades de cores que o objeto efetivamente pode vir a ter (vermelho, branco etc).

Fiz, logo no primeiro parágrafo, duas afirmações concernentes a condicionalização da existência do mundo; repito: 'Só podemos pensar em um mundo onde haja necessariamente relações entre objetos, e são essas relações que possibilitam a existência do mundo'. Trata-se de fato de uma bicondicionaisação. Logo no segundo parágrafo, justifiquei a primeira sentença - a necessidade das relações entre objetos, estou em débito com a segunda. Preciso, portanto, justificar porque essas relações entre objetos possibilitam a existência do mundo.

O que seria um mundo sem relações? Ou seria nada, o que obviamente não poderia se chamar de mundo, ou poderíamos supor um mundo com um único e simples objeto, – obviamente que deveria ser simples, porque se fosse complexo, o decomporíamos em suas partes, e então estabeleceríamos entre elas relações - que por ser único, não se relacionaria com nada, e a isso, obviamente, também não chamaríamos de mundo. Desta forma, o mundo só existe para nós enquanto relação e, só existindo relação é que existe o mundo.

O objeto é a substância do mundo e sem objetos o mundo não poderia existir.

1.2. O Estado de coisas e o Fato Atômico

O que é *um* estado de coisas? *Um* estado de coisas é *um* estado em que coisas - ou objetos, vinculam-se.

Obviamente que não é sem propósito a ênfase dada acima ao fato de que, quando falamos aqui de *estado* de coisas, chamamos a atenção de que se trata

de *um* estado de coisas e não, de *estados* de coisas, o que, como veremos posteriormente, pode ter um significado diferente⁶.

Quando tratamos de um estado de coisas (atômico), tratamos, assim, de uma única e determinada combinação entre objetos, outra combinação, outro estado de coisas (atômico), e esses, sim, podem combinar-se por sua vez em estados de coisas (moleculares)⁷. Objetos, portanto, combinam-se em estado de coisas, e podem formar, assim, o que chamaremos de fato atômico. Por outro lado, vinculando um estado de coisas a outro estado de coisas, teremos estados de coisas, que não são mais combinações diretas entre objetos, mas combinações entre mais de um estado de coisas, que podem formar, assim, não mais um fato atômico – que é apenas um estado de coisas, mas podendo formar um fato complexo – que é uma articulação entre mais de um estado de coisas.

“A maneira como objetos se vinculam no estado de coisas é a estrutura do estado de coisas” (2.032). “A forma é a possibilidade da estrutura” (2.033). A estrutura do estado de coisas é vinculada, pois, à forma dos objetos que o compõem.

O objeto é o que há de comum a todos os mundos imagináveis (cf.2.022), e o que determina a existência de um estado de coisas específico é a atualidade de ligações entre objetos, de modo que esses objetos poderiam, contingencialmente, terem se combinado de modo diverso. Todos os modos de combinações possíveis são determinados logicamente pela forma desses objetos. A forma é, portanto, fixa, mas o permite combinar-se a outros objetos de maneiras diversas. Algumas dessas combinações atualizam-se, outras, permanecem apenas enquanto possibilidade, mas efetivamente inexistentes.

“Os estados de coisas são independentes uns dos outros” (2.061). Ora, o caso que determinados objetos possam combinar-se em um estado de coisas, não tem nada a ver com o caso em que outros objetos também o façam em um outro estado de coisas, e também não tem a ver com esses mesmos objetos combinar-se em outros estados de coisas. Deste modo: “Da existência ou inexistência de um

⁶ Digo que ‘pode’ ter um significado diferente porque quando falo de estados de coisas, posso falar das combinações entre vários estados de coisas (atômicos), mas também posso estar somente utilizando-me do plural de estado de coisas (atômicos). Neste sentido, falo de estados de coisas como um conjunto de estado de coisas, mas sem supor que esses estabeleçam, entre si, combinações.

⁷ Wittgenstein não introduz diretamente essa denominação, mas ela nos parece perfeitamente viável diante da analogia correspondencial entre proposição elementar e estado de coisas atômico e, consequentemente, entre proposições complexas e estados de coisas moleculares.

estado de coisas não se pode concluir a existência ou inexistência de um outro” (2.062).

Estados de coisas são possíveis, não somente atuais. Tudo o que é atual, é, obviamente, possível, mas, nem tudo o que é possível é atual. Assim, nem todos os tipos possíveis de combinações entre objetos, de fato, se dão, quando o fazem, dizemos tratar-se de um fato – no caso aqui, atômico, - quando não se dão, contudo, permanecem enquanto possibilidade.

Um estado de coisas é, portanto, uma possibilidade de combinação entre objetos, quando essa configuração se atualiza, dizemos que é um fato atômico, quando não se atualiza, dizemos tratar-se de um estado de coisas possível – mas inexistente. Todo estado de coisas é possível, resta-nos saber quando é que é, digamos assim, faticamente, existente ou inexistente. Adiarei essa resposta até a seção seguinte para facilitar a explanação.

Finalizarei introduzindo mais um conceito tractatiano – o de situação, e aproveitando para justificar em que consiste minha opção de interpretação possibilista para os estados de coisas⁸. Seguindo um pouco adiante no *Tractatus*, quando Wittgenstein já começa a desenvolver sua teoria da figuração, ele diz: “A figuração representa a *situação* no espaço lógico, a existência e inexistência de estados de coisas” (2.11), e um pouco mais adiante temos que “A figuração representa uma *situação* possível no espaço lógico” (2.202). Parece claro, a situação é possível – e não meramente atual, e ela representa a existência ou inexistência de estados de coisas. Se só existissem estados de coisas atuais, não seria obviamente o caso de se falar de estados de coisas possíveis e inexistentes e, muito menos, de se criar um conceito próprio para designá-lo.

⁸ Sabemos que alguns comentadores como, p.ex. o Prof. José Oscar Marques - UNICAMP, interpretam os estados de coisas somente como atuais – portanto, somente como existentes - e não como possíveis (que abarca, tanto os existentes como os inexistentes). Outros, como Hans-Johann Glock, possuem uma visão possibilista, mas diversa da minha, onde defende que os estados de coisas são apenas potencialidades não atualizadas, enquanto que os fatos são atuais. Deixo aqui explicitada a minha opção por uma versão possibilista, onde considero estado de coisas como possível, mas possível também podendo ser atual, ou seja, entendo que quando Wittgenstein se refere a estado de coisas possível, ele deixa em aberto se é ou não atual, e quando pretende especificar que é atual, chama-o de fato, de modo que fique claro que tudo o que é atual, é também possível, mas obviamente nem tudo o que é possível é atual. Como dito na introdução, não é preocupação minha, contudo, descartar de todo as demais posições.

1.3.O Estado de coisas complexo

Como procurei deixar claro, a combinação entre objetos gera um estado de coisas (atômico), e a combinação entre mais de um estado de coisas (atômico) gera um estado de coisas (molecular).

Vimos anteriormente, que objetos possuem propriedades internas - que determinam as possibilidades de combinações com outros objetos, e propriedades externas – o fato de ter características específicas. Objetos visuais podem ser ditos, em termos aproximados, como incolores (cf. 2.0232), mas possuem, por assim dizer, a necessidade das cores.

Objetos se combinam e formam um estado de coisas (atômico), e volto aqui a enfatizar que essa é uma passagem lógica e, portanto necessária, na medida em que objetos não poderiam, simplesmente, combinar-se diretamente em estados de coisas (moleculares). Novamente: um objeto precisa se combinar a outros para formar um estado de coisas que seja independente de qualquer outro estado de coisas, porque a forma lógica dos objetos não permite que se combinem todos ao mesmo tempo. Esses estados de coisas atômicos podem, por sua vez, se combinar a outros estados de coisas atômicos, formando um estado de coisas molecular. Se objetos não se combinassesem necessariamente em estados de coisas atômicos independentes uns dos outros, a não-existência de estados de coisas (atômicos) independentes entre si nos levaria, no fim das contas, a poder juntar todos os objetos em um único estado de coisas (atômico), o que seria impossível porque a forma lógica desses objetos não o permitiria. Há, portanto, uma passagem lógica, um passo necessariamente intermediário, entre os objetos e os estados de coisas (moleculares), e esse é o estado de coisas (atômico).

Chegamos, assim, à conclusão necessária de que estados de coisas (moleculares) constituem-se a partir da união de mais de um estado de coisas (atômico), e que estes, por sua vez, são combinações entre objetos.

Um fato é tudo o que ocorre no mundo. “O mundo se resolve em fatos” (1.2). “O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas⁹” (2). Logo em seguida ele afirma que: “O estado de coisas é uma ligação entre objetos” (2.01), e

⁹ Aproveito aqui para chamar atenção para o que Wittgenstein afirma: que o fato é a existência de *estados de coisas*. Ele é a combinação, pois, entre mais de um estado de coisas, a combinação entre fatos atômicos. O fato não é, portanto, a existência de estado de coisas, mas da combinação entre esses.

mais adiante que “a estrutura do fato consiste nas estruturas dos estados de coisas” (2.034), o que ratifica definitivamente a utilização dos termos estado de coisas e estados de coisas, que, por mais que pareça extremamente clara e até banal, suscita controvérsia e diferentes utilizações entre comentadores.

Preciso deixar dito que minha insistência em clarificar esses conceitos de forma rigorosa e veemente, é necessária para que, ao final da explanação, possamos ser capazes de estabelecer a tão fecunda isomorfia entre ontologia e linguagem.

Chegar ao nível dos fatos atômicos significa sair do nível transcendental da possibilidade de existência e adentrar na existência propriamente. E na medida em que chegamos ao nível dos fatos complexos podemos claramente exemplificar: fato é, por exemplo, que ‘esta cadeira é vermelha’. Qualquer pessoa dotada de visão policromática certamente pode chegar aqui evê-la. Neste caso, estamos diante de estados de coisas existentes. Wittgenstein chama a isso de fato positivo.

Quer dizer que existem fatos negativos também? Wittgenstein define também o que é um fato negativo, ou seja, aquilo que tem todas as características de um fato, que é uma união de estados de coisas atômicos, mas que, contingencialmente, não existe no mundo, estes são, pois, aqueles estados de coisas possíveis, mas não existentes. É simples, por definição, fatos negativos são os estados de coisas inexistentes (cf.2.06).

Terminamos a seção anterior com a questão de como saber se um estado de coisas (atômico) é existente, ou não. Vamos a ela. Devemos averiguar a existência do fato (complexo), e, para isso, dirigimo-nos ao mundo. Se o fato existe, os estados de coisas (atômicos) que o constituem, também existirão. Essa determinação é puramente lógica, vez que não temos acesso direto a fatos atômicos.

Temos, portanto, isso: objetos se combinam em um estado de coisas possível, que se existente, é um fato atômico, se inexistente, permanece um estado de coisas apenas possível. Busco ainda deixar claro que, tudo o que é atual é possível, e que todo estado de coisas atual é, por isso, também possível, e não deveríamos interpretar, portanto, que o estado de coisas é somente possível (mas inexistente) e que somente o fato é atual. Todo estado de coisas é possível também na medida em que é atual.

Analogamente, os estados de coisas (moleculares) são possíveis combinações entre estados de coisas (atômicos), que, quando existentes, são um fato, quando

inexistentes, permanecem enquanto situação. A situação, por sua vez, abarca o fato, porque tudo o que é atual é também possível.

1.4.A Realidade e o Mundo

Já vimos o que é o fato, que é algo que é o caso. Junte absolutamente tudo o que ocorre, e aí se tem o mundo. “O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas” (1.1). Por que não é a totalidade das coisas? Porque as coisas, como vimos, são subsistentes, são a substância do mundo, que se encontram no nível da possibilidade dos fatos. Deste modo, não são empíricas, e o que é empírico só se manifesta no nível dos fatos.

Mas, o que significa mais especificamente dizer que o mundo não é a totalidade das coisas? Significa que se nós pegarmos todos os objetos, ainda assim não teremos o mundo, porque o mundo não é simplesmente o conjunto da totalidade dos objetos. O mundo é a totalidade dos objetos em suas efetivas relações com outros objetos. Como vimos, os objetos só podem existir efetivamente quando concatenados em estados de coisas, ou seja, eles só podem existir em suas relações com outros objetos. O que existe no mundo, portanto, não são aglomerados de objetos, mas fatos, que são combinações logicamente articuladas de objetos.

Entender o que é mundo, para o *Tractatus*, não é difícil após termos entendido o que são objetos, estado de coisas e fato atômico, situação e fato. O mundo é, simplesmente tudo o que é o caso, e o que é o caso é a existência de estados de coisas, são os objetos, portanto, em suas relações atualizadas com os demais objetos. Deveria ser muito simples, mas algumas passagens do texto que tratam sobre realidade e mundo levam, a meu ver, a torná-los conceitos bastante controvertidos, e os quais, portanto, exigirão de minha parte agora um maior zelo e rigor.

É realmente plausível a existência de diversas interpretações sobre esses conceitos devido à aparente contradição que trazem as passagens: “A totalidade dos estados existentes de coisas é o mundo” (2.04), “A existência e inexistência de estados de coisas é a realidade” (2.06) e “A realidade total é o mundo” (2.063).

O problema aqui poderia se reduzir à última passagem, que parece estabelecer uma identidade entre realidade total e mundo, após ter sido afirmado que o mundo é a totalidade do que existe e que a realidade é o que existe tanto quanto o que não existe.

Enquanto alguns comentadores - p.ex. Weissman, na tentativa de resolver essa questão da identidade, simplesmente opta por igualar mundo à realidade, entendendo o mundo, não apenas como a totalidade de fatos, mas como a totalidade de estados de coisas possíveis (existentes ou não). Outros - p.ex. Griffin, Stenius, - equivalem o mundo à realidade, sustentando que nos fatos já estão incluídos os estados de coisas não existentes, porém, possíveis, apoiando-se em que “A totalidade dos estados existentes de coisas também determina que estados de coisas não existem” (2.05). Seja como for que justifiquem suas interpretações, esses comentadores defendem algo em comum, e identificam mundo e realidade como um mesmo conceito¹⁰.

Isso, contudo, não esgota em absoluto a questão. Poderíamos, por outro lado, tentar solucioná-la por outros meios, não mais através do estabelecimento de uma identidade entre realidade e mundo. Poderíamos tentar estabelecer a realidade como um subconjunto do mundo - como faz, p. ex., Glock, e tudo o que faríamos no final das contas, seria apoiar uma interpretação dentre as demais.

Para justificar minha posição, iniciarei por indicar minha visão específica, mas procurarei indicar ao final um argumento que esteja para além da mera interpretação textual.

Primeiramente, sou contrária à interpretação de que haja uma identidade conceitual no *Tractatus* entre realidade e mundo. Não careceria aqui duplicar conceitos.

No meu entender, se ‘o mundo é a totalidade dos estados de coisas existentes’, e ‘a realidade é a existência ou inexistência de estados de coisas’, mundo e realidade são coisas distintas. A totalidade do que existe, está claro, é o mundo, mas, sobre a realidade, cabe esclarecimento.

A realidade é um conjunto qualquer de estados de coisas existentes e inexistentes determinados. Dependendo de a que estados de coisas está se referindo uma proposição, isolamos uma parcela da realidade que lhe

¹⁰ Considerações extraídas de Condé, 1998, pg. 79.

corresponda. Ao analisarmos somente a forma da proposição, podemos saber se ela pode ou não corresponder à realidade, ou seja, se ela pode ou não se referir a um estado de coisas possível.

O mundo é o conjunto formado pela totalidade dos fatos, ou seja, de tudo o que efetivamente existe, a realidade nos permite identificar se determinada combinação entre objetos é possível ou não. Se ela é possível, se pode ou não ser existente, participa da realidade, se é uma tentativa de combinação ilegítima de objetos, impedida pela forma lógica desses, não formará um estado de coisas possível e não participará, pois, da realidade.

Se o mundo é a totalidade do que existe e a realidade é uma seleção de estados de coisas possíveis, existentes e inexistentes, a totalidade da realidade é a totalidade de tudo o que existe e inexiste. Como podemos entender, a partir daí, a afirmação de que a realidade total é o mundo?

Minha sugestão é que vejamos do seguinte modo: a realidade total é o mundo, sim ela é o mundo – que é a totalidade dos estados de coisas existentes, e também é algo mais – é também a totalidade dos estados de coisas inexistentes. Não se trata, portanto, de uma relação direta de identidade, mas aqui mais propriamente de uma relação de continência. Wittgenstein não diz aqui que a realidade total é o mundo e vice-versa, ou seja, que o mundo é a realidade total, e isso nos dá margem para identificar uma relação de continência em detrimento de uma identidade. Deste modo, poderíamos interpretar, não que a realidade total é idêntica ao mundo, mas que a realidade total delimita o que é o mundo. Se a realidade total é tudo o que existe ou pode existir, obviamente ela engloba tudo o que existe – o mundo. Por outro lado, sabemos também que a totalidade dos estados de coisas existentes determina que estados de coisas não existem (cf. 2.05). Deste modo, se sabemos o que é o mundo, podemos também determinar o que é a realidade total, vez que a lógica nos permite deduzir a totalidade do que poderia ser a partir da totalidade do que efetivamente é, e, assim, o mundo também pode determinar o que é a realidade total. Temos, pois, que a realidade total é o mundo, na medida em que ela é tudo o que existe e inexiste, e que o mundo é tudo o que existe, e ao saber tudo o que existe sabemos também, logicamente, tudo o que não existe. A realidade total determina o que é o mundo, da mesma forma que, através de um procedimento lógico, o mundo determina o que é a realidade total, mas isso não quer dizer se tratarem de conceitos idênticos,

porque enquanto a realidade total engloba tanto o que é existente quanto o inexistente, e para saber se algo participa dela não precisamos nos reportar efetivamente aos fatos, bastando-nos apenas considerar as possibilidades combinatórias dos objetos, o mundo é algo que só pode ser determinado através de observação empírica, ou seja, dizer que algo participa do mundo é identificá-lo faticamente como existente. Quando se fala de realidade total, portanto, se fala de tudo o que pode ser determinado logicamente, bastando-se, para isso, reconhecer a forma lógica presente nos estados de coisas. Já para se falar de mundo, temos que recorrer à observação empírica dos fatos. Quero dizer com isso que, tudo o que se diz com sentido, corresponde à realidade, é uma proposição verdadeira ou falsa, que representa estados de coisas possíveis (existentes e inexistentes). Mas, só o que se diz de verdadeiro representa um fato do mundo, e isso só pode ser determinado observando-o empiricamente.

Certo, mas por que essa interpretação deveria ser preferível a qualquer uma outra? Para responder a essa questão eu teria que antecipar alguns conceitos que só serão abordados posteriormente, tanto no *Tractatus*, como neste texto. Resta-me uma decisão entre postergar minha explanação, ou introduzi-los antecipadamente. Optarei pela segunda, uma vez que considero que não nos trará prejuízo.

O projeto do *Tractatus* se baseia num perfeito isomorfismo entre ontologia e linguagem. Sem esse, cairia por terra todo o construto tractatiano. Para garantir essa isomorfia, a linguagem, que é a totalidade de todas as proposições possíveis – verdadeiras ou falsas, necessita de um correspondente ontológico, um correspondente que abarque a totalidade dos estados de coisas possíveis – existentes e inexistentes, ou seja, esse conceito é o de realidade total. O conceito de mundo não se ajustaria aqui porque ele se restringe à totalidade dos estados de coisas existentes.

Por outro lado, mais uma vez, não se pode estabelecer a identidade entre realidade e mundo, também porque precisamos aqui de dois conceitos distintos, um para a totalidade dos estados de coisas possíveis – existentes e inexistentes, outro para a totalidade de estados de coisas existentes, necessários esses para garantir a isomorfia, respectivamente, tanto com a totalidade das proposições com sentido – verdadeiras e falsas, como com a totalidade das proposições verdadeiras.

Poderíamos, ainda, seduzirmo-nos a optar pelo conceito de espaço lógico para substituir o de realidade total enquanto totalidade dos estados de coisas possíveis, visto que o espaço lógico abarca o espaço de todas as possibilidades da linguagem, e, reservando assim o conceito de realidade/mundo – no caso de suposição de identidade entre ambos, para os estados de coisas existentes. Ora, isso seria distorcer o papel do espaço lógico, na medida em que este é espaço de todas as proposições tanto quanto de todos os estados de coisas. Espaço lógico é um conceito, obviamente, lógico, enquanto que realidade é um conceito ontológico.

O conceito de realidade (total) no *Tractatus* é, portanto, indispensável na medida em que ele é o único que pode ser o representante isomórfico da linguagem. Enquanto esta abarca tudo o que pode ser dito com sentido, aquela abarca todas as possibilidades dos estados de coisas. Interpretar a realidade tractatiana como um subconjunto do mundo, bem como estabelecer uma identidade entre ambos, reduzindo-os assim a um único conceito, seria deixar a linguagem sem nenhum correspondente isomórfico, uma vez que não existiria nenhum outro conceito que pudesse substituir o de realidade (total).

Analizando por esse prisma, sem nos atermos somente a interpretações textuais, mas levando em conta a necessidade da existência de um conceito de realidade (total) que corresponda isomorficamente ao de linguagem, optamos, pois, por interpretar a realidade (total) como a totalidade dos estados de coisas possíveis – existentes e inexistentes, que corresponde à linguagem, que é a totalidade das proposições com sentido – verdadeiras e falsas, e entendemos o mundo como um subconjunto seu, constituído pela totalidade dos estados de coisas existentes, que corresponde à totalidade das proposições verdadeiras. E reservando, finalmente, o conceito de espaço lógico, para designar a armadura lógica comum à linguagem e à realidade¹¹.

¹¹ Cf. apêndice.

CONDIDERAÇÕES

Se a linguagem representa o mundo da maneira unívoca assumida no *Tractatus*, todo o desenrolar do que vimos justifica-se logicamente. A existência de objetos é necessária para se evitar uma análise lógica proposicional *ad infinitum*, onde uma proposição careceria sempre da verdade de uma outra proposição para determinar o seu sentido. Esse objeto tem que ser simples, porque algo que é composto pode ser sempre desmembrado em suas partes constituintes simples, e é a isso que chamaríamos de objeto. Objetos possuem uma forma fixa, mas que permite variadas possibilidades de combinações com outros objetos, garantindo assim, logicamente, que eles possam ser a substância invariável do mundo, mas que também possam deixar um espaço de manobra de diferentes combinações em estado de coisas.

Os objetos têm que se ligar em estados de coisas atômicos que são independentes uns dos outros, e esses, por sua vez, se ligam em estados de coisas (moleculares). Todas essas ligações possíveis são determinadas uma vez conhecidas as formas desses objetos, de modo que tudo o que pode existir no mundo seja logicamente concebível.

O que faz Wittgenstein até então é mostrar como se dá a realidade e isso é feito porque é a lógica que determina tudo isso.

2. A TEORIA DA FIGURAÇÃO

"A mentira é uma verdade que esqueceu de acontecer"

Mário Quintana

Uma vez que já sabemos o que são os fatos, que já podemos identificá-los como algo que efetivamente ocorre no mundo, vejamos como poderemos representá-los.

"A natureza pictorial das proposições ocorreu pela primeira vez a Wittgenstein quando ele tomou conhecimento da prática de representar acidentes de trânsito, nos tribunais, com o uso de um modelo. Podemos representar uma determinada seqüência de eventos (que podem ou não ter ocorrido), com a ajuda de miniaturas de carros e bonecos. Para fazê-lo, precisamos estipular que miniatura corresponde a que coisa concreta, e que relações entre miniaturas representam as relações reais entre objetos (por exemplo, suas relações espaciais, embora não as relações entre seus respectivos pesos). Assim a explicação do *Tractatus* para a representação proposicional (TLP 3-4.0641) é uma aplicação de uma explicação anteriormente fornecida para a representação geral (TLP 2.1-2.225)".¹²

O que existe, portanto, de comum e de diverso entre as diferentes formas de representação?

Vejamos o que o exemplo anterior sobre a representação de acidentes pode nos revelar. A quantidade de elementos (carros e bonecos) do modelo e suas disposições espaciais devem corresponder exatamente aos elementos do acidente. Esses elementos são indispensáveis para tal representação, enquanto que elementos como as cores dos carros, ou seus pesos, não são relevantes para se compreender o acidente. O indispensável, pois, para a representação, é uma mesma multiplicidade de elementos e uma determinada disposição entre esses. Se ambos não possuírem a mesma quantidade de elementos ou estes não forem dispostos do mesmo modo, não poderemos entender que um represente o outro. Ambos devem dispor, portanto, daquilo que Wittgenstein chama de estrutura da figuração. À possibilidade dessa estrutura, ele chama de forma da figuração.

Enquanto, pois, que a estrutura de uma figuração pode mudar de acordo com a representação que se quer realizar, a forma determina quais sejam todas essas

¹² Glock. p. 352.

possibilidades de arrumações. Essa forma é lógica, uma vez que ela é a condição de possibilidade da estrutura, e ela se *mostra* no momento da representação.

Podemos representar um mesmo fato de diversas maneiras, desde que todas possuam uma estrutura lógica comum. Podemos representar uma paisagem, por exemplo, através um desenho, de uma pintura, de uma foto, de uma maquete, de um cenário etc. Enquanto a forma lógica é o fixo - e o que possibilita a representação, o tipo de representação, é variável. A forma lógica é, pois, o que há de comum, o tipo de representação (desenho, foto etc) é o que é diverso.

Vemos ainda que todos esses tipos de representação acima possuem uma certa semelhança evidente com a paisagem mesma. Mas existem tipos de representação que são menos evidentes, como entre uma partitura e um som musical. Esse tipo de representação não depende de uma semelhança evidente entre os fatos representados, eles dependem, pois, de algum tipo de convenção. Assim se dá também com a linguagem escrita ou falada, que não representa por semelhança, mas, podemos assim dizer, por convenção.

Tudo o que afiguramos são fatos, e uma afiguração é também um fato, um fato, portanto, que afigura um outro fato. Qualquer tipo de figuração é um fato que tem uma estrutura lógica em comum com um outro fato, e é isso que permite que um represente o outro. Neste sentido, uma proposição é também um fato (lingüístico), que representa um outro fato (real).

Como podemos ver, a teoria da figuração não diz respeito somente a proposições, podemos representar fatos de diversas maneiras, e a proposição é apenas uma delas. E, além disso, uma proposição não representa um fato da mesma forma que uma foto, ou uma maquete. Mas, se tanto uma foto quanto uma proposição podem representar um fato, uma estrutura lógica em comum deve haver entre esses, bem como entre a proposição e a foto, que representam o mesmo fato.

Para que uma proposição represente um fato, dá-se aqui o mesmo que em relação às representações por semelhança, eles devem possuir em comum uma estrutura – disposição entre seus elementos, e uma forma - a possibilidade desta disposição. Neste caso, a cada objeto da realidade, deve corresponder um signo lingüístico, um nome que denota um objeto. Assim como os elementos do fato estão dispostos entre si de um modo específico, e isto é o que constitui a sua

estrutura, assim também, em uma proposição, os nomes encontram-se articulados de determinado modo.

É evidente que representações como proposições não representam por semelhança visual, como o faz uma fotografia, mas também uma partitura não produz uma figuração de um som por assemelhar-se fisicamente a este. Nestes casos, o que se dá é uma construção lógica comum. Há uma regra geral que permite esse tipo de correspondência, essa regra é a lei de projeção (cf. 4.0141). Deste modo, “a possibilidade de todos os símiles, de toda a figuratividade de nosso modo de expressão, repousa na lógica da afiguração” (4.015).

À figuração lógica dos fatos, Wittgenstein chama de pensamento (cf. 3). Não podemos pensar nada de ilógico, porque é a lógica que delimita o que pode ser pensado. A maneira como se exprime um pensamento é o sinal proposicional. “E a proposição é o sinal proposicional em sua relação projetiva com o mundo” (3.12).

“Só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado” (3.3). Isso quer dizer que é o caso que somente a proposição pode representar verdadeira ou falsamente um fato do mundo, que um nome sozinho não pode. “A cada parte da proposição que caracteriza o sentido dela, chamo uma expressão (um símbolo)” (3.31).

“Na linguagem corrente, acontece com muita freqüência que uma mesma palavra designe de maneiras diferentes – pertença, pois, a símbolos diferentes – ou que duas palavras que designam de maneiras diferentes sejam empregadas, na proposição, superficialmente do mesmo modo” (3.323).

Devemos entender, nestes casos, não só que elas possuem significados diferentes, mas que são símbolos diferentes.

“Para evitar esses equívocos, devemos empregar uma notação que os exclua, não empregando o mesmo sinal em símbolos diferentes e não empregando superficialmente da mesma maneira sinais que designem de maneiras diferentes. Uma notação, portanto, que obedeça à gramática *lógica* – à sintaxe lógica” (3.325).

“Para reconhecer o símbolo no sinal, deve-se atentar para o uso significativo” (3.326). “É só com seu emprego lógico-sintático que o sinal determina uma forma lógica” (3.327). “O sinal proposicional e as coordenadas lógicas: isso é o lugar lógico” (3.41). “Embora a proposição possa

determinar apenas um lugar do espaço lógico, por meio dela já deve ser dado todo o espaço lógico” (3.42).

Devemos aqui estar atentos à pelo menos dois problemas básicos que a questão da representação proposicional levanta, a saber: a questão da possibilidade da falsidade, vez que não representamos apenas fatos do mundo - fatos que efetivamente ocorrem no mundo, podemos representar também aquilo que não ocorre – representamos também estados de coisas inexistentes; bem como a questão da negação, pois podemos representar um fato através de uma proposição que contenha uma negação, de uma proposição negativa.

É importante observar que uma figuração não tem que representar, necessariamente, um fato, mas sim a possibilidade de um fato, ou seja, uma representação não tem que ser verdadeira, mas deve poder ser verdadeira, e o é quando representa, efetivamente, um fato do mundo. Dito isto, fica claro que “uma figuração verdadeira *a priori* não existe” (2.225). Para sabermos se o é, temos que compará-la com o fato que ela representa. Isto acontece porque, uma vez que tenhamos acesso lógico à forma dos objetos – porque ela se mostra quando os consideramos, podemos representar diversas combinações entre vários objetos, combinações essas diferentes daquelas que efetivamente ocorrem quando as comparamos ao mundo. Podemos, pois, representar tanto o que ocorre quanto o que não ocorre no mundo. Ao que efetivamente ocorre, Wittgenstein denominou de fato positivo, o que não ocorre – mas poderia ocorrer, ele definiu como fato negativo. Surge-nos aqui uma questão: como algo que não existe pode ainda ser um fato, neste caso, negativo?

Ora vejamos, primeiramente, Wittgenstein simplesmente define assim. “À existência de estados de coisas, chamamos também um fato positivo; à inexistência, um fato negativo” (2.06). O fato é negativo quando inexiste. Mas por que definir algo que parece contraditório? A meu ver, para deixar as coisas claras. É importante distinguirmos aqui entre um fato negativo, que é algo inexistente, mas que possui a forma de um fato e, portanto, poderia existir; e um estado de coisas que, denominarei aqui, ‘inexistível’ – que neste caso traria uma contradição. Enquanto um estado de coisas inexistente (fato negativo) é algo que poderia existir, porque possui todas as possibilidades lógicas de ser um fato, um estado de coisas ‘inexistível’ é uma contradição, na medida em que para ser fato tem que

poder ter a forma de um fato e, assim, poder existir, e algo que não possui a forma de um fato, não poderia nunca sê-lo.

É claro que após ter em mente que fato é o que ocorre, fica um pouco desconfortável assimilar algo como um fato negativo, que seria algo que ocorre mas é inexistente, mas o que pretende a meu ver Wittgenstein com a introdução deste conceito, é fazer a distinção entre algo que poderia ocorrer mas contingencialmente não ocorre – fato negativo; algo que efetivamente ocorre – fato positivo; e algo que nem ao menos pode ocorrer, por se tratar de uma combinação ilegítima de objetos – que chamei então de estado de coisas ‘inexistível’.

Para saber se algo *pode* ser um fato, não precisamos ir ao mundo para observá-lo, precisamos somente considerar sua forma lógica. Isso é um processo lógico, comum tanto a fatos positivos quanto a fatos negativos. Neste sentido, ambos os fatos encontram-se, assim direi, num mesmo nível. Neste nível, cada fato pode, inclusive, ser tanto positivo quanto negativo, não há como sabê-lo. Logicamente, portanto, podemos saber de antemão se algo é simplesmente, digamos assim, um fato possível, que pode ser tanto positivo quanto negativo. Poderíamos dizer, também logicamente, se um estado de coisas é possível (‘existível’) – ou seja, é algo que possui a forma lógica de um estado de coisas, ou ‘inexistível’¹³ – algo que não pode ser um estado de coisas, porque não possui a forma de um estado de coisas.

Deste modo, para sabermos se um fato é positivo ou negativo, temos que recorrer ao mundo e observá-lo, se o fato existe – enquanto identificado no mundo, mas nunca *a priori* – é positivo, se não existe, é negativo.

Dito isto, algo pode ser questionado. Para afirmar que um fato é negativo, eu preciso ir ao mundo, observá-lo, como não o encontrei, digo que é um fato negativo? Obviamente que isso não seria válido. Se assim o fosse, a qualquer momento eu poderia deparar com o tal fato e ele assim passaria a ser, então, positivo? Dessa forma, nunca poderíamos garantir o que seria um fato negativo, e dizer que algo é um fato negativo poderia ser algo puramente circunstancial.

O fato negativo não pode, obviamente, ser diretamente observado, visto que ele inexiste, mas podemos acessá-los logicamente após observarmos fatos positivos. O que isso quer dizer?

¹³ A introdução de um termo contraditório possuiu aqui o intuito de clarificar minhas afirmações. Sabemos que Wittgenstein em nenhum momento de sua obra assim o fez.

Quer dizer que para saber se algo é um fato negativo, ou seja, se é um estado de coisas inexistente, a maneira como podemos saber, segundo o *Tractatus*, é recorrendo à totalidade dos fatos positivos. Através da totalidade de tudo o que existe, por exclusão lógica, temos o que não existe (Cf. 1.12 e 2.05).

Vamos enfatizar aqui a diferença que existe entre a possibilidade de estados de coisas, que é algo puramente lógico e *a priori* – não precisamos ir ao mundo para determinar se algo é possível ou não, e o fato de determinar se estados de coisas possíveis são existentes ou não – o que já diz respeito a termos constatado a partir de uma observação empírica e, portanto, *a posteriori*. O fato negativo trata da inexistência de estados de coisas, ele só pode ser determinado, portanto, *a posteriori*.

Resta-nos esclarecer como são possíveis proposições negativas, e aqui também fazer a distinção entre proposição negativa e proposição falsa.

Deixemos inicialmente clara a distinção entre uma proposição negativa, que é uma proposição que contém uma negação, como vimos, e uma proposição falsa.

Uma proposição - seja ela afirmativa ou negativa, pode ser falsa. Se, p. ex., eu digo que ‘Sócrates é mulher’ é falsa, logo, ‘Sócrates não é mulher’ tem que ser verdadeira. Do mesmo modo, se digo que é falsa a proposição que diz que ‘Sócrates não é homem’, ‘Sócrates é homem’ tem que ser verdadeira. Afirmar a falsidade de uma proposição é dizer que os estados de coisas a que ela corresponde são inexistentes. Transformar uma proposição afirmativa em negativa é simplesmente mudar o seu sentido através de um operador lógico de negação, e podemos fazer isso com qualquer tipo de proposição – tanto afirmativa como negativa, e em qualquer caso invertemos seu sentido, mas para afirmar a falsidade de uma proposição, precisamos nos reportar à realidade e identificar o estado de coisas existente para que através de exclusão lógica se possa acessar os estados de coisas inexistentes.

Enquanto que uma proposição negativa exclui um lugar do espaço lógico, mas ela, por si só, não garante nada sobre sua correspondência ou não com o mundo, uma proposição falsa é aquela em que verificamos a inexistência dos estados de coisas que ela representa a partir da totalidade dos estados de coisas existentes. Neste sentido podemos dizer que uma proposição falsa representa um estado de coisas não existente e, portanto, um fato negativo.

Atribuir a uma proposição a falsidade não é, pois, o mesmo que transformar uma proposição afirmativa em negativa. Determinar a falsidade de uma proposição não é adicionar-lhe um operador de negação e simplesmente inverter-lhe o sentido (o que se pode fazer *a priori*), mas reportar-se ao mundo e perceber que ela corresponde a estados de coisas inexistentes.

Uma proposição somente, não diz nada sobre sua relação com o mundo, não diz nada sobre um estado de coisas ser existente ou não, do mesmo modo também, a negação enquanto operação lógica, e o simples fato de uma proposição conter uma negação, não dizem nada sobre o mundo. Dizer que uma proposição é negativa é, pois, diferente de dizer que uma proposição é falsa. Afirmar que uma proposição é falsa, é dizer que ela representa um estado de coisas inexistente; se eu afirmo que uma proposição é negativa, digo que ela possui uma operação de negação, mas não preciso necessariamente saber sobre a existência ou inexistência dos estados de coisas que ela representa.

Dito isso, fica esclarecido que a existência ou inexistência de estados de coisas – fato positivo ou negativo, respectivamente – não diz respeito à afirmação ou negação que contém uma proposição, mas à sua verdade ou falsidade.

É importante distinguir, pois, o que seja uma negação que se dá ao nível de proposição, que é uma negação *a priori*; e a que se dá ao nível da averiguação de estados de coisas, em que vamos ao mundo, identificamos a existência dos estados de coisas e, logicamente, concluímos serem falsos (inexistentes) os estados de coisas que não são o caso, o que se dá *a posteriori*. Ambas, dão-se através de procedimentos lógicos, mas de modos diversos.

Há no *Tractatus*, portanto, por assim dizer, dois modos de perceber a negação, um que se refere a uma operação que permite mudar o sentido de uma proposição, mas que ainda não garante nada sobre o mundo, e a negação no sentido de que negar uma proposição pressupõe ‘ir’ ao mundo e identificá-la como falsa. Uma se refere à determinação do sentido de uma proposição, que se dá *a priori*, e outra se refere à determinação da verdade/falsidade desta, o que se dá *a posteriori*. Essa distinção se mostra na diferenciação entre proposições negativas e proposições falsas.

Vejamos agora como se dá a relação entre fatos – positivos e negativos, e as proposições – afirmativas e negativas, que os representam.

Inicialmente pretendo tentar esclarecer que a meu ver essas relações podem ser consideradas consistentemente de duas maneiras distintas:

i)

"Um modo figurado de explicar o conceito de verdade: mancha preta sobre papel branco; pode-se descrever a forma da mancha indicando-se, com respeito a cada ponto da superfície, se é preto ou branco. Ao fato de que um ponto é preto, corresponde um fato positivo – ao de que um ponto é branco (não preto), um fato negativo. [...].

No entanto, para poder dizer que um ponto é preto ou branco, devo saber de antemão quando um ponto é chamado de preto e quando é chamado de branco; para poder dizer: 'p' é verdadeira (ou falsa), já devo ter determinado em que circunstâncias chamo 'p' de verdadeira, e com isso determino o sentido da proposição.

Ora, o ponto em que a analogia faz água é este: podemos apontar para um ponto do papel mesmo sem saber o que são branco e preto; a uma proposição sem sentido, porém, não corresponde rigorosamente nada, pois ela não designa uma coisa (valor de verdade) cujas propriedades se chamassem, digamos, 'falso' e 'verdadeiro'" (4.063).

Wittgenstein explica, aqui, que o fato ser positivo ou negativo diz respeito à proposição que o representa ser verdadeira ou falsa. Isso não pode ser confundido com dizer respeito à proposição ser afirmativa ou negativa. Não importa que a proposição possua ou não uma negação, isso de antemão, não garante nada sobre seu valor de verdade. Como vimos, dizer que uma proposição possui um sentido, ou seja, que ela pode ser verdadeira ou falsa, se faz *a priori* através de uma consideração lógica, dizer que ela é efetivamente verdadeira ou falsa, se diz *a posteriori*. Deste modo, tanto uma proposição afirmativa como uma negativa, podem ser tanto verdadeiras como falsas, elas podem, portanto, representar tanto um fato positivo – quando são verdadeiras, como um fato negativo – quando são falsas.

"Quando não se leva em conta que a proposição tem um sentido independente dos fatos, pode-se facilmente acreditar que verdadeiro e falso sejam relações, com direitos iguais, entre sinais e o que eles designam. Poder-se-ia dizer, p. ex., que 'p' designa à maneira verdadeira o que ' $\sim p$ ' designa à maneira falsa, etc." (4.061).

"Toda proposição já deve ter um sentido; a afirmação não pode lhe dar um, pois o que ela afirma é precisamente o sentido. E o mesmo vale para a negação, etc." (4.064).

Temos, portanto, que toda proposição verdadeira, seja ela afirmativa ou negativa, representa um fato positivo, porque uma proposição verdadeira descreve estados de coisas existentes (fato positivo), e como eu poderia representar verdadeiramente estados de coisas inexistentes? Por outro lado, toda proposição falsa representa estados de coisas inexistentes, ora, se ela é falsa, é porque os estados de coisas não existem, é um fato negativo. A questão aqui se resume, portanto, à verdade e falsidade das proposições, e não diz respeito ao uso ou não do operador lógico da negação. Tanto faz uma proposição ser afirmativa ou negativa, ela pode representar tanto um estado de coisas existente quanto inexistente. Se o fato existe, é positivo, se inexiste, é negativo.

Deste modo, tanto p quanto $\sim p$ pode representar um fato positivo, a afirmação ou negação de uma proposição não nos diz nada sobre um fato de ser positivo ou negativo, mas sim sua verdade ou falsidade. Se p é verdadeira então representa um fato positivo e, consequentemente, $\sim p$ é falsa e representa um fato negativo. Por outro lado se $\sim p$ é verdadeira, representa um fato positivo e p , portanto, um fato negativo.

Por mais que não haja nenhum problema lógico nessa linha interpretativa, não podemos deixar de admitir que parece meio estranho dizer que algo como $\sim p$ - no caso de $\sim p$ ser uma proposição verdadeira, é um fato positivo, um estado de coisas existente, e isto pode nos levar a optar pela segunda linha interpretativa que agora sugerimos.

ii) Vejamos como identificar a que tipo de fato se refere cada tipo de proposição. No caso das proposições afirmativas é bastante simples, se ' p ' é uma proposição verdadeira, corresponde a estados de coisas existentes, o fato representado pela proposição p é positivo, se a proposição é falsa, corresponde a estados de coisas inexistentes, o fato é negativo.

Com relação às proposições negativas, cabe um pouco mais de atenção.

Se tivermos que ' p ' é uma proposição verdadeira, que corresponde a um estado de coisas existente e, portanto, a um fato positivo, logo, ' $\sim p$ ' tem que ser uma proposição falsa. ' $\sim p$ ' sendo uma proposição falsa poderíamos nos tentar a dizer que ela representa um estado de coisas inexistente – o que foi feito na primeira linha interpretativa aqui sugerida, e este parece ser, por um lado, realmente o caso. Mas por outro lado, o que sabemos é que o sinal de negação

(\sim) é um operador lógico que tem como função inverter o sentido de uma proposição, mas que ele mesmo, por si só, não representa nada na realidade, ele, enquanto operador lógico tem uma função obviamente lógica e não uma função figurativa.

Entendendo, portanto, que não há negação em estados de coisas, mas apenas nas proposições que os representam, quando uma proposição possui uma negação, podemos entender que ela inverte o sentido da relação existente entre o estado de coisas e a proposição afirmativa que o representa.

Deste modo, podemos entender que seja mais plausível interpretar, não que ' $\sim p$ ', quando falsa, represente um fato negativo, mas que o caso de ' $\sim p$ ' ser falsa implica em que ' p ' é verdadeira e, portanto, que ' p ' representa um fato positivo, e não que ' $\sim p$ ' representa um fato negativo.

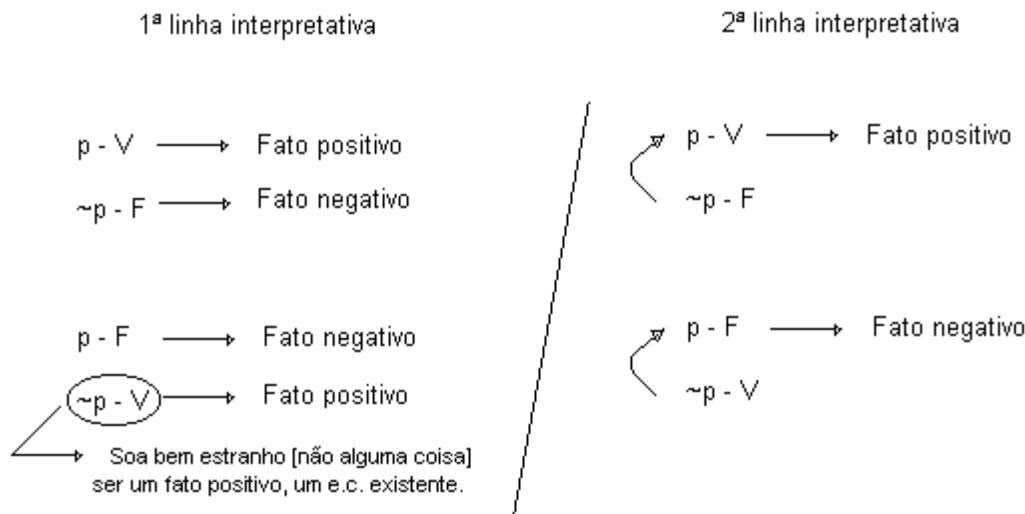
Por outro lado, se ' $\sim p$ ' for agora, uma proposição verdadeira, implica que ' p ' é falsa e, portanto, que ' p ' representa neste caso um fato negativo.

Resumindo: uma proposição pode possuir um operador de negação, mas este não representa, não afigura, sua função é de inverter o sentido da proposição afirmativa. Se ' $\sim p$ ' é verdadeira, ' p ' é falsa e, portanto, representa um fato negativo, se ' $\sim p$ ' é falsa, ' p ' é uma proposição verdadeira e representa um fato positivo.

Podemos considerar essas relações entre proposições afirmativas e negativas e fatos positivos e negativos, portanto, de dois modos: ou dizemos que toda proposição verdadeira – seja ela afirmativa ou negativa, corresponde a fatos positivos e toda proposição falsa corresponde a fatos negativos; ou dizemos que através das proposições negativas devemos acessar logicamente às afirmativas e estas sim, deverão corresponder a fatos positivos ou negativos.

Ambas mostram-se consistentes de modo a que considero difícil optar por uma interpretação em detrimento da outra, mas não posso me abster aqui de adotar uma interpretação específica, sob pena de perdermos o significado desses termos no decorrer do presente texto.

Opto pela segunda linha interpretativa, ou seja, ' p ' representará aqui um fato positivo se for verdadeira, e um fato negativo se for falsa, e ' $\sim p$ ' terá seu valor de verdade invertido, para que consideremos somente o que é afirmativo como representante de um fato, reservando à negação sua função de operação lógica, mas não a entendendo como figurativa.



Para finalizar, gostaria brevemente de chamar a atenção para a interpretação que dá ao assunto Luiz Carlos Pereira¹⁴. Segundo ele: “Um candidato natural a servir como contraparte ontológica de proposições positivas falsas (ou proposições negativas verdadeiras) seriam os fatos negativos”. Lembremo-nos, segundo Wittgenstein:

“Por que não se deveria poder expressar a proposição negativa através de um fato negativo?! É como se ao invés de tomar a fita métrica se tomasse o espaço fora da fita métrica como objeto de comparação” (Diários 24.11.14).

Segundo as interpretações aqui defendidas, não é que proposições negativas verdadeiras devam diretamente corresponder a fatos negativos. Segundo nossa primeira linha de interpretação, proposições negativas verdadeiras deveriam apontar para fatos positivos e não para fatos negativos, e diante da segunda linha interpretativa, proposições negativas verdadeiras apontam para proposições positivas falsas e, essas sim, apontam para fatos negativos.

Minha preferência, contudo, como afirmado, é por não considerar que uma proposição negativa – seja ela verdadeira ou falsa, possa ser diretamente coordenada a um estado de coisas. Não considero, portanto, que uma proposição negativa verdadeira corresponda a um fato negativo, mas simplesmente que ela

¹⁴ PEREIRA, Luiz Carlos. O mistério da negação. In: Imaguire, Guido, Pequeno, Tarcísio, Montenegro, M A P (Orgs). Colóquio Wittgenstein. Coleção filosofia. Vol III, no prelo. Fortaleza: Ed. UFC.

aponta logicamente para uma proposição afirmativa e que esta sim, corresponde a um fato negativo.

No meu modo de entender, portanto, espero ter deixado claro se tratar de um equívoco interpretar que fatos negativos possam servir como uma contraparte ontológica de proposições negativas verdadeiras, vez que fatos negativos são fatos inexistentes e suas respectivas proposições têm, por isso, segundo a primeira linha interpretativa que serem falsas e, de acordo com a segunda linha interpretativa, não se deve relacionar diretamente proposições negativas a fatos.

Proposições elementares,

"dizem que algo é o caso, que objetos estão combinados de uma certa forma, e não que algo não seja o caso (4.021-4.023). [...] Uma proposição elementar falsa não é a negação de uma verdadeira; em vez disso, afigura uma combinação diferente e não existente de objetos" (Glock, p.292).

Existência e inexistência dizem respeito a estados de coisas, verdade e falsidade a proposições em suas relações com estados de coisas. Uma proposição só pode ser falsa se os estados de coisas que representa forem inexistentes, portanto, ou por um lado proposições negativas verdadeiras devem ser correspondentes de fatos positivos – primeira linha interpretativa, ou por outro lado, proposições negativas não devem ser diretamente relacionadas a fatos, porque não existe negação em fatos, mas somente enquanto operação lógica e, o que deve ser considerado é que uma proposição negativa verdadeira leva logicamente a uma proposição afirmativa falsa e, essa sim, corresponde a um fato negativo – segunda linha interpretativa.

Quanto a fatos negativos serem contraparte ontológica de proposições afirmativas falsas, está acorde com as interpretações aqui defendidas. Resta somente complementar que fatos negativos também servem como contraparte ontológica de proposições negativas falsas¹⁵ - segundo a primeira linha interpretativa aqui adotada, visto que nesta interpretação, se a proposição é falsa, os estados de coisas não existem, o fato é negativo, e não importa se a proposição contém ou não uma negação – e, de acordo com a segunda abordagem, proposições negativas falsas não devem ser consideradas como

¹⁵ O citado texto não menciona se existe alguma contraparte ontológica para proposições negativas falsas.

correspondentes de fatos diretamente, mas elas apontam logicamente para proposições afirmativas verdadeiras e estas sim, correspondem a fatos positivos.

3. A LINGUAGEM

Dentre as várias formas de representação de fatos que citamos até então, vimos que a proposição é um fato – lingüístico, capaz de representar um outro fato – do mundo. Vimos também que o mundo é a totalidade de todos os fatos existentes, e vimos ainda que podemos não apenas representar fatos existentes, mas que podemos também representar fatos inexistentes, que podemos representar toda a realidade.

Tudo isso é possível devido à forma lógica comum aos fatos e às figurações que fazemos. Já sabemos que existem formas de figuração – figuração por semelhança - que são mais simples que a proposição. Precisamos esclarecer como é que uma proposição, que aparentemente não se assemelha a um fato, pode representá-lo.

Para que entendamos exatamente como é que uma proposição pode representar um fato, - o que pode parecer um tanto quanto estranho à primeira vista, na medida em que não há nada na proposição que se assemelhe a um fato do mundo – precisamos deixar claro tudo o que há de comum entre ambos, de modo que uma possa afigurar o outro. Precisamos, pois, explicitar como se dá a isomorfia entre a proposição e o fato.

Já vimos que em qualquer representação duas coisas fazem-se necessárias, que a quantidade de elementos de ambos os fatos seja a mesma, e que eles possuam uma certa articulação comum. Entre fatos semelhantes – uma paisagem e sua fotografia, por exemplo - esses requisitos se evidenciam por si próprios, em outras representações, como a lingüística, isso não é tão óbvio e simples.

No caso da linguagem - e no caso de entendermos os nomes tractatianos enquanto símbolos¹⁶, nós precisamos convencionar qual o sinal que vai

¹⁶ Se por um lado Wittgenstein em momento algum de seu texto menciona entender nomes enquanto ícones – e isso pode ser um atrativo forte para considerá-los imediatamente enquanto símbolos -, e ainda por cima afirma tratarem-se mesmo de símbolos, de convenções arbitrárias, por outro lado, podemos tentarmo-nos a considerá-los sim, enquanto ícones, na medida em que entendemos o papel desempenhado pelos nomes tractatianos. O fato de que os nomes e seus respectivos objetos possuam uma mesma forma lógica - e nisto consiste sua similaridade, é obviamente um excelente critério para determinação de sua iconicidade. Não vejo maiores consequências quanto a essa questão e não vejo como se poderia garantir a preferência de uma

corresponder a cada elemento do fato, isso é algo arbitrário, mas uma vez estabelecido, deve funcionar de modo rigoroso, ou seja, não podemos simplesmente, a bel prazer, alterar essas atribuições sob pena de perdemos o significado do sinal. Não devemos, além disso, estabelecer mais de um sinal para um mesmo objeto, nem designar um mesmo sinal para vários objetos, precisamos, portanto, de uma relação biunívoca entre sinal e objeto. Com isso estabelecemos o que cada elemento da linguagem pode representar em relação a um fato. Restamos estabelecer como se dá a articulação desses elementos.

Para abordar essa questão, precisamos ter clara uma distinção entre um sinal e um símbolo proposicional. Uma proposição não é apenas um conjunto de nomes, uma proposição é uma figuração, e isto significa que ela só representa algo quando levada em consideração simultaneamente tanto a sua quantidade de elementos, quanto as articulações realizadas por esses elementos. Podemos dizer que um nome enquanto mero sinal pode até corresponder a um objeto, mas um nome enquanto símbolo figurativo só representa algo quando o objeto que lhe corresponde participa de uma configuração de objetos. Neste sentido, um nome isoladamente não representa um objeto, sozinho ele não representa nada, ele só representa enquanto símbolo, na medida em que representa parte de um estado de coisas. Deste modo, qualquer símbolo proposicional só representa, quando cada um de seus nomes constituintes possui um significado determinado, e isto só ocorre na medida em que realizem entre si determinadas configurações.

Esses nomes, não podem ser combinados indiscriminadamente assim como não o podem os objetos a que correspondem. Para que estabeleçamos quais dessas configurações sejam legítimas ou não, valemo-nos da consideração da forma lógica desses objetos e dos respectivos nomes que os representam, que se mostra claramente através do que chamamos sintaxe lógica. Ela nos mostra todas as relações internas, ou seja, essenciais, entre todos os elementos proposicionais, na medida em que saibamos todas as propriedades internas dos elementos que compõem o estado de coisas representado. Considerando os objetos da

interpretação em detrimento da outra, de modo que minha opção por entender os objetos enquanto símbolos - enquanto convenções arbitrárias, é puramente pessoal. No final das contas, entendo que o importante aqui é sabermos que a cada nome deve corresponder um único objeto, seja isso fruto de semelhança ou de uma convenção.

representação e considerando sua forma lógica, podemos determinar qualquer combinação legítima entre esses e consequentemente, entre os nomes que os representam. Essas combinações podem ser determinadas através da inspeção da forma lógica somente, ou seja, uma vez determinados os objetos e suas propriedades internas, podemos saber que combinações possíveis podem ser estabelecidas. Para saber se uma combinação existe de fato, precisamos identificá-la no mundo, mas saber que ela pode existir é uma determinação puramente lógica.

Uma proposição representa uma possibilidade fática, portanto, na medida em que determinamos que a cada sinal corresponde um objeto e que esses sinais se articulam obedecendo a uma sintaxe lógica.

Ao observarmos em nosso cotidiano as várias proposições que utilizamos em nossa linguagem, certamente não identificamos o tipo de figuração que acima relatamos, ou seja, não identificamos que a cada nome de nossa linguagem corresponda univocamente um objeto (simples), nem conseguimos perceber todas as articulações existentes entre esses nomes, bem como também não observamos relações diretas entre os objetos que lhes correspondem. Isso se dá porque as proposições que utilizamos em nosso discurso ordinário são proposições complexas, ou seja, são proposições formadas a partir da operacionalização entre várias dessas proposições que representam diretamente a articulação de objetos. Para que cheguemos a tais proposições, faz-se necessário que analisemos logicamente nossas proposições cotidianas em suas constituintes mais básicas, e essas sim, correspondem aos estados de coisas atômicos que mencionamos.

Bem, uma vez que já sabemos que a proposição afigura o fato através da forma lógica da figuração, e que já sabemos o que são objetos, estado de coisas, fato, mundo, realidade etc, precisamos determinar de modo mais exato quais seriam os correspondentes lingüísticos de tais conceitos ontológicos.

3.1. O Nome

Vimos rapidamente que o nome é o correspondente lingüístico do objeto, o nome denota o objeto. Tal qual o objeto, o nome tem que ser simples. Um nome

que fosse composto poderia ser analisado em partes simples e a cada uma dessas partes corresponderia um objeto simples.

O nome é a ‘substância’ da linguagem. O postulado da substância do mundo é o postulado da determinação do sentido. É a substância da linguagem na medida em que é o fixo, que possui uma forma invariável, mas que pode ser articulado de diferentes maneiras.

O nome só existe no contexto da proposição, e isso mostra sua essência relacional, mas é auto-suficiente na medida em que pode aparecer em diferentes combinações.

O nome, pois, é o correspondente lingüístico do objeto e, tal qual ele é simples, fixo, relacional.

3.2. Proposições elementares

A proposição elementar é uma combinação direta entre nomes. Esses nomes, como vimos, podem se combinar de várias maneiras desde que permitidas por suas formas lógicas, e cada uma dessas combinações podem ser representadas por uma proposição elementar diferente. A proposição elementar corresponde ao que, na ontologia, chamamos estado de coisas. Enquanto esse é estabelecido através de relações entre objetos, as proposições elementares são relações entre os nomes que os representam.

A proposição não é uma mera combinação indiscriminada entre nomes, seu poder representacional somente existe na medida em que ela possui uma articulação legítima entre os nomes, e essa articulação é o que chamamos de forma proposicional geral, e esta é: ‘as coisas estão assim’. Só possuindo essa forma é que ela é capaz de nos expressar um sentido, e só assim ela pode corresponder a um fato atômico.

“O que distingue uma proposição de uma mera lista de nomes é o fato de que os significados dos nomes não se somam no sentido proposicional, mas articulam-se de uma maneira determinada – que é precisamente a forma lógica da proposição” (Santos. Estudo introdutório do *Tractatus*, p. 45).

A proposição expressa um sentido na medida em que, somente ao considerá-la, podemos saber se o que ela diz pode corresponder ou não a um estado de coisas, podemos saber se ela pode ser verdadeira ou falsa em relação a um estado de coisas. A essa característica da proposição, à necessidade de que ela possa ser verdadeira ou falsa, chamamos de bipolaridade.

Essas proposições não precisam representar nenhuma combinação atual de estado de coisas, mas representam o que é possível, ou seja, toda proposição elementar tem que determinar um estado de coisas possível, mas não tem que corresponder necessariamente a algo existente no mundo. Deve ter, portanto, sentido, mas não tem que ser necessariamente verdadeira. Ser verdadeira uma proposição elementar significa que o estado de coisas que ela descreve é o caso, ser falsa significa que por mais que ele pudesse ser o caso, de fato não é.

Cada proposição elementar tem seu valor de verdade determinado na medida em que existe ou não existe o estado de coisas a que corresponde. Se o estado de coisas existe, a proposição que o representa é verdadeira, se não existe é falsa. Tendo isso em conta, podemos estipular o resultado de qualquer combinação de proposições elementares e, consequentemente, de estados de coisas, através de uma tabela em que se combinem todos os valores de verdade possíveis. Se cada proposição pode ter dois valores de verdade, ou seja, verdadeiro (V) ou falso (F), ao combinarmos com uma outra que também só pode ter dois valores, logicamente sabemos que existem quatro formas de combinações possíveis (VV-FV-VF-FF), se combinarmos três proposições teremos oito opções e assim por diante, de modo que, dada qualquer quantidade de proposições elementares, poderemos estabelecer todas as suas possibilidades combinatórias.

Podemos agora esclarecer o que deixamos pendente na seção sobre os objetos quando dissemos que:

“Só havendo objetos pode haver uma forma fixa do mundo (2.026). [...] se assim não o fosse, o mundo não possuiria uma substância, e então, ter ou não sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição (2.0211). Seria então, impossível traçar uma figuração do mundo (verdadeira ou falsa) (2.0212)”.

Para que uma proposição tenha sentido, faz-se necessário, como vimos, que a quantidade de elementos tanto da figuração quanto do fato que representa sejam

a mesma e que ambos constituam entre seus elementos determinadas configurações permitidas por suas formas lógicas. Isso é o necessário para que uma figuração proposicional seja bipolar, que tenha um sentido determinado, ou seja, que ela possa ser verdadeira ou falsa, e que possamos, ao observá-la, identificar se ela pode referir-se a um estado de coisas possível. Ter a proposição um sentido é, pois, corresponder a um estado de coisas possível e poder ser verdadeira ou falsa, e determinamos isso através da observação de sua forma lógica, através de um procedimento lógico. Não se pode neste momento dizer nada sobre a efetiva verdade ou falsidade da proposição, nem sobre a existência ou inexistência do estado de coisas a que corresponde, mas o sentido dela, já está determinado sem depender de sabermos sua verdade.

Se fosse necessário saber se uma proposição devesse ser verdadeira para determinar o sentido de uma outra, o sentido não seria algo determinado logicamente, mas dependeria da verdade de uma outra proposição, e, para determinar o sentido dessa outra, precisaríamos da verdade de outra e assim sucessivamente em um regresso *ad infinitum* sendo, portanto, um processo interminável. Desta forma, não poderíamos jamais saber o sentido de uma proposição, porque o mundo não teria uma substância fixa – o objeto, que nos garantisse que a determinação do sentido de uma proposição pudesse prescindir da determinação da verdade de uma outra. Saber o sentido é, pois, um procedimento lógico, depende apenas da determinação da forma lógica comum ao estado de coisas e à proposição, e saber sua verdade ou falsidade é um procedimento de verificação empírica, já que exige que observemos o mundo e identifiquemos ou não o fato a que corresponde. Enquanto procedimento lógico, portanto, a determinação do sentido depende apenas da existência da substância do mundo – o objeto, enquanto que a determinação da verdade ou falsidade depende de uma verificação empírica.

A existência da substância do mundo – o objeto, se mostra como uma necessidade lógica, pois se os objetos não fossem necessários, sua existência só poderia ser determinada através de uma proposição que afirmasse: o objeto tal existe, e o que garantiria a verdade de tal proposição?

A determinação do sentido de uma proposição, que é algo necessário, não poderia, pois, ser dependente da determinação da verdade de outra proposição, que é algo contingente. Algo necessário não pode ser dependente de algo

contingente, o sentido de uma proposição não pode ser determinado através da verdade de uma outra. Uma proposição complexa só tem sentido porque já estão nela embutidas todas as elementares que a compõem, e todos os nomes com seus respectivos significados.

Podemos ainda tentar justificar a necessidade de objetos simples como substância do mundo da seguinte forma: decomposições sucessivas de qualquer proposição a tornam cada vez mais complicada, mas não podem torná-la mais complicada do que seu significado era por si só. Ora, nossas proposições não são infinitamente complicadas e isso se deve logicamente ao fato de que seu significado não é infinitamente complicado, ou seja, a decomposição de qualquer proposição deve findar em unidades mínimas significativas (cf. Diários 9.5.15).

Queremos dizer com isso que o significado de qualquer proposição, por mais complicado que possa ser, deve ser determinado, sob pena dessa proposição não ter sentido, ou seja, se é uma proposição, é porque tem sentido, e ter sentido depende de que a análise final encerre-se em nomes simples que correspondam a objetos simples da realidade. Dito isso, esperamos ter justificado a necessidade da existência de objetos como substância do mundo, bem como do nome simples como necessidade para a determinação de sentido de uma proposição.

Vimos até então que proposições são articuladas e bipolares. Para finalizar, outra característica das proposições elementares que devemos observar, é que elas têm que ser independentes entre si. Ora, proposições elementares representam estados de coisas, que, como vimos, tem que ser totalmente independentes de quaisquer outros estados de coisas. Se proposições elementares não fossem independentes, não representariam estados de coisas completamente independentes, e a verdade de uma proposição elementar não seria função de si mesma, outra proposição poderia influir em seu valor de verdade.

3.3. Proposições Moleculares

Como vimos, nossa linguagem ordinária não parece ser constituída - tal como afirma Wittgenstein, de nomes simples articulados de acordo com as

determinações ‘impostas’ por suas propriedades internas. Sabemos que isso se dá porque nossas proposições cotidianas não são proposições elementares.

É claro que nossas proposições da linguagem ordinária representam tão bem os fatos quanto qualquer outro tipo de representação - e isso se mostra no sentido de cada proposição, só que isso não se dá enquanto uma figuração direta. Uma proposição da linguagem ordinária não é uma figuração direta de um estado de coisas - tal qual uma proposição elementar, ela é uma composição entre várias proposições elementares, e essas sim, são figurações diretas dos estados de coisas.

“Especialmente a forma proposicional elementar deve afigurar, toda afiguração ocorre por meio dela” (Diários 31.10.14).

Da mesma forma que vários estados de coisas (atômicos) se coordenam para formar um estado de coisas (molecular), proposições elementares se coordenam para formar uma proposição complexa, e os tipos de coordenações possíveis que essas proposições podem efetuar se *mostram* através da sintaxe lógica. Através do uso dos conectivos lógicos, podemos operacionalizar proposições elementares de modo a que se façam delas proposições moleculares. Através da sintaxe lógica, todas as propriedades e relações internas entre as proposições se mostram de forma clara e inequívoca. E é assim que a linguagem ordinária representa a realidade, não exatamente enquanto figuração direta, mas através das figurações realizadas pelas proposições elementares, que são as constituintes mais básicas de qualquer discurso.

4. A LÓGICA

$A = A$ / Eu sou eu.

E aí, o que é que eu digo com isso? Acerta quem responde: não diz nada! “Dizer de *uma* coisa que ela é idêntica a si mesma é não dizer rigorosamente nada” (5.5303). Concordo, não diz nada mesmo. Mas mostra! Mostra o que, que a sua impressora tinha tinta? É verdade, mostra isso também. Mas o que mais? Enunciados desse tipo, que expressam a relação de um objeto consigo mesmo, mostram que a identidade é necessária em qualquer discurso significativo, mostram que não podemos dizer significativamente que uma coisa não seja idêntica a si mesma. Se as coisas não fossem tomadas como idênticas a si mesmas, nós não poderíamos falar sobre elas, nós não poderíamos pensar sobre elas, porque elas não seriam elas.

Algo, portanto, podemos constatar: que não podemos dizer que as coisas não sejam iguais a si mesmas (princípio de identidade), e que não faz sentido dizer que elas são e não são elas ao mesmo tempo (princípio de não-contradição). E ainda que ou dizemos de uma coisa que ela é uma tal coisa ou não é essa tal coisa, não havendo uma terceira opção possível (princípio do terceiro excluído). Quer dizer que nós chegamos a esses três princípios a partir de algo que não dizia nada? Isso mesmo, não dizia nada, mas mostrava muito!

O mundo é, os fatos são, mas eles logicamente poderiam não ser. O mundo poderia, logicamente, não existir. Sua existência é contingente. Mas, mesmo se não existisse nada no mundo, ainda assim precisaríamos dizer a identidade $\emptyset = \emptyset$, a não-contradição $\neg(o\ mundo\ é\ vazio \wedge o\ mundo\ não\ é\ vazio)$ e o terceiro excluído (ou o mundo é vazio \vee o mundo não é vazio).

Faz-se importante perceber que a lógica não trata de fenômenos subjetivos. Princípios lógicos são apriorísticos e necessários, válidos para todos e em qualquer lugar, e não apenas formulações mentais e privadas.

As proposições lógicas são tautologias, que podem ser reconhecidas como verdadeiras apenas a partir dos próprios símbolos, calculando-se suas propriedades lógicas, e, portanto, sem compará-las com a realidade ou deduzi-las a partir de outras proposições.

Através da análise das tautologias, Wittgenstein percebeu características dos limites da linguagem. Enquanto que quando eu digo que ‘tudo o que existe no mundo é cadeira ou não-cadeira’, com isso eu não digo nada positivamente sobre o mundo, vez que não tenho que recorrer ao mundo para saber a verdade de tal afirmação, sendo ela aprioristicamente, sempre verdadeira; ao afirmar algo como ‘tudo o que existe no mundo é cadeira e não-cadeira’, o que digo é necessariamente falso, independentemente, até mesmo, de existirem cadeiras no mundo. Sabemos isso simplesmente recorrendo à *forma* das afirmações. Afirmações como estas não dependem de seu conteúdo para se mostrarem verdadeiras ou falsas, elas dependem apenas de suas formas, e essas formas evidenciam-se nas próprias proposições.

“Wittgenstein não negaria, por certo, que a viabilidade da constituição de um discurso sobre a realidade está também submetida a condições subjetivas de vinculação das representações humanas ao que há para ser representado. É claro que não se poderia estabelecer o que os homens podem conhecer sem que se arrolasse tais condições. No entanto, se a proposição tem uma forma essencial, sua mera consideração poderia bastar para a determinação do que nenhuma representação proposicional seria capaz de representar. Ora, a questão crítica levantada para a filosofia¹⁷ pode, segundo o *Tractatus*, ser solucionada num plano de abstração superior ao da epistemologia – no plano estritamente lógico de uma reflexão sobre a essência do discurso enunciativo” (Santos. 2001. P. 17).

É nossa intenção, portanto, a partir de agora, mostrar como se desenvolve o pensamento de Wittgenstein e mostrar que toda a construção tractatiana é fundamentalmente lógica.

Toda proposição é bipolar, isso significa dizer que ela tem sentido, e que sabemos de antemão que ela deve poder ser verdadeira ou falsa, sem que para isso tenhamos que recorrer a qualquer instância determinadora, exceto à própria proposição. Não se pode, contudo, jamais enunciar quaisquer propriedades ou relações formais entre objetos, porque tudo o que enunciamos deve poder ser verdadeiro ou falso, e propriedades internas são essenciais, nunca podendo deixar de ser, e uma proposição que as enunciasse nunca poderia ser falsa. Deste modo, se enunciamos algo sobre objetos e sobre as relações destes com outros objetos, só pode tratar-se de propriedades e relações externas, onde essas podem sim ser

¹⁷ A questão crítica é: o que se pode legitimamente pretender conhecer?

descritas por proposições bipolares que admitem serem verdadeiras ou falsas, assim como essas propriedades podem ser existentes ou inexistentes, respectivamente.

Essas propriedades e relações internas, essenciais, se mostram na linguagem através das regras de sintaxe, de modo que não se pode ‘fugir’ delas sob pena de se sair da racionalidade. A relação entre uma proposição e sua negação, por exemplo, é uma relação interna, que não se estabelece a partir de nenhuma proposição, mas que se mostra, na medida em que ‘percebemos’ a contradição que existe entre afirmar e negar algo sob um mesmo aspecto em uma mesma proposição.

Como essas relações formais entre objetos se mostram nas proposições que as representam, podemos determinar os sentidos das proposições que as descrevem sem termos que saber efetivamente se são verdadeiras ou falsas. Assim, logicamente, podemos distinguir uma proposição com sentido de um mero contra-senso. Para que uma proposição possa representar um fato, seja ele efetivamente existente ou não, deve ter em comum com este a sua forma lógica, e esta, se determina logicamente.

A proposição representa o fato, de modo um tanto quanto similar qual uma fotografia mostra o fato a que corresponde. Uma foto mostra o fato que representa na medida em que ambos possuem a mesma quantidade de elementos dispostos numa mesma arrumação. Para que a proposição faça o mesmo, cada elemento da proposição, cada nome, deve representar um elemento do fato - um objeto, e isso se faz através de regras de semântica, que são convenções estabelecidas para esse fim, e, a arrumação dada aos elementos é estabelecida através das regras de sintaxe, as quais determinam todas as relações internas entre os objetos.

É claro que nossa linguagem ordinária, tal qual a concebemos, não parece possuir tais regras sintáticas e semânticas, que nos revelem sensivelmente essa correspondência direta entre nomes e objetos em suas respectivas relações isomórficas. Essa correspondência não se dá no nível empírico e para acessá-la recorremos à lógica.

Vimos que as proposições da linguagem ordinária são proposições complexas, ou seja, são compostas a partir de proposições mais elementares. Se pegarmos uma proposição ordinária (complexa), poderemos analisá-la em outras mais

simples e essas em outras até que chegaremos a proposições elementares que já não podem mais ser decompostas, de modo que essas proposições sim, revelem claramente seus elementos simples – nomes, em suas relações diretas. Mesmo que não tenhamos acesso empírico aos estados de coisas representados por tais proposições e que por isso não possamos dar sequer um exemplo de uma delas, bem como dos nomes que a compõem, sabemos certamente suas propriedades e relações internas.

Um ponto aqui pode ser introduzido porque consideramos importante deixar claro: que a negação de uma proposição está necessariamente em um nível de complexidade superior à sua afirmação. Enquanto ‘p’ pode ser uma proposição elementar, sua negação ‘~p’ tem que ser uma proposição complexa. Este esclarecimento é essencial para que percebamos que uma proposição elementar não interfere em outra proposição elementar, de modo que possa a Wittgenstein assumir que haja uma total independência entre todas as proposições elementares e entre os respectivos estados de coisas que elas representam. Essa relação entre uma proposição e sua negação, se dá sempre entre uma proposição elementar e uma proposição complexa, ou entre complexas – estando uma em um nível mais fundamental que a outra, é uma relação válida, e mostra que a contradição é uma relação interna entre proposições de diferentes níveis de complexidade.

Se uma proposição (elementar), para ser uma figuração da realidade, tem que possuir um sentido, tendo que poder ser verdadeira ou falsa e onde uma opção exclui a outra, podemos, através de uma tabela de verdade, determinar todas as funções proposicionais.

Deste modo, ao depararmos com uma proposição complexa – dotada de sentido, sabemos que é composta por proposições elementares e estas, por sua vez, são compostas por nomes em ligações diretas.

Cabe-nos aqui distinguir entre um sinal – que é um nome expresso sonora ou graficamente, e um símbolo, que é um sinal em sua relação figurativa -, bem como entre um sinal proposicional – uma concatenação de sinais sonoros ou gráficos, e uma proposição, que é o sinal proposicional em sua relação figurativa. É somente através da relação figurativa que o sinal proposicional representa a possibilidade de um fato.

Uma proposição, portanto, não é simplesmente um encadeamento ou uma aglutinação de nomes, ela é composta de nomes articulados em uma relação projetiva. O nome não é um mero sinal, mas o sinal que numa relação projetiva se *mostra* em suas propriedades internas, bem como a proposição é o sinal proposicional que em suas relações projetivas nos *mostra* suas propriedades internas. Acessando as propriedades internas, percebemos que nem todas as combinações entre sinais indicam propriedades semânticas, mas somente aquelas que obedecem às regras sintáticas.

Aqui cabe uma pergunta: se não temos acesso direto a proposições elementares que determinam suas próprias condições de verdade e que se *mostram* enquanto elementares a partir da forma lógica de seus objetos constituintes, e se, ao deparamos com uma proposição complexa, não a analisamos sensivelmente até chegarmos as constituintes básicas – as elementares, como sabemos tratar-se de uma proposição (complexa) quando deparamos sensivelmente com uma concatenação gráfica ou sonora de palavras? Identificamos que estamos diante de uma proposição, que pode ser decomposta em proposições completamente analisadas, e não apenas de um ‘amontoado’ de sinais, na medida em que uma proposição nos *mostra* seu sentido. E, se ela tem sentido, é porque é composta pelos sentidos das elementares que a compõem.

“Além de dizer o que diz, observa Wittgenstein, uma proposição mostra, exibe, por exemplo, sua estrutura sintática, que é a forma da situação que representa, e os constituintes de seu sentido.

Uma notação tanto mais realça o que uma proposição mostra quanto mais o materializa no plano do sinal. A notação dos conectivos é particularmente apropriada à exibição das relações internas entre o sentido de uma proposição e outras possibilidades que se possam definir em termos de constituintes envolvidos na definição desse sentido.[...] De modo geral, que uma proposição seja o resultado da aplicação sucessiva de operações de verdade a certas proposições mostra que entre essas proposições existe uma rede de relações internas. É essa capacidade de mostrar o que nenhuma proposição pode dizer, as relações formais entre proposições, que torna a notação dos conectivos tão valiosa para a lógica, a que sempre se conferiu o encargo de prover o conhecimento dessas relações” (Santos. Ensaio introdutório. p. 87).

A forma lógica é uma exigência, obviamente lógica, de tudo aquilo que é. Aquilo que é tem que possuir uma forma de ser.

Tudo o que é lógico, é necessário, e se algo é o caso, é necessário que antes ele possa ser o caso. Algo que não pode ser logicamente concebido, jamais será o

caso. Tudo o que é, portanto, mostra as condições de possibilidade que o tornam possível ser. Deste modo, cada objeto, mostra suas condições de possibilidade de ser, e mostra, com isso, todas as relações possíveis que podem manter com os demais objetos. “Se posso pensar no objeto na liga do estados de coisas, não posso pensar nele fora da *possibilidade* de sua ligação com outros” (2.0121).

Wittgenstein não nega, nem pretende supor, que não estejamos imersos num mundo, e que esse mundo é anterior à nossa linguagem sobre ele, claro que não. Ele admite a pré-existência do mundo. O que ele considera é que o mundo enquanto representação lingüística é concomitante à linguagem que o representa. E o mundo para nós, se mostra somente dessa forma.

Segundo Wittgenstein, não sabemos a totalidade dos objetos, mas sejam eles quantos forem, até mesmo infinitos, sabemos logicamente todos que podem ser, pois sabemos logicamente quais as formas possíveis desses objetos, de modo que conhecemos todas as suas possibilidades de combinação, e isso é conhecer o limite, é conhecer tudo o que pode existir. Tudo o que pode ser pensado tem que ter uma forma lógica, uma forma ilógica não é pensável.

Se tudo o que pode ser pensado é lógico, e nada ilógico pode ser pensado, esse é o limite do pensar e, portanto, o limite do mundo pensável e dizível.

“Que haja uma forma proposicional geral é demonstrado por não haver proposição alguma cuja forma não tivesse sido possível antever (i.é., construir)” (4.5). “É claro que temos um conceito de proposição elementar, abstração feita de sua forma lógica particular” (5.55).

A forma lógica não é algo que, simplesmente, relaciona linguagem e realidade, ela está presente tanto na linguagem como na realidade, tanto no nome como no objeto. Assim, ela mostra como nomes e objetos podem se combinar com outros nomes e objetos, e mostra como cada nome pode, por sua vez, representar cada objeto. Se cada símbolo simples equivale a um nome em sua relação projetiva e se através do símbolo sabemos, por meio da sintaxe lógica, sua forma lógica e todas as suas possíveis combinações com outros símbolos, assim, podemos generalizar todos os símbolos que possuem a mesma forma, e, deste modo, podemos descrever o mundo inteiramente através de proposições generalizadas, pois essas mostram plenamente todas as combinações internas ‘permitidas’ aos objetos. Assim, não podemos somente utilizar símbolos que correspondam a

objetos, mas também podemos representar toda uma classe de objetos, de modo que possamos afirmar que ‘todo x’ possui uma determinada propriedade, podendo indicar assim a totalidade dos objetos que possuem essa propriedade.

Sabendo que as regras sintáticas mostram as redes de relações internas entre proposições podemos perceber dois casos extremos em que a combinação entre sinais não estabelece uma proposição com sentido. Uma proposição que afirme algo como ‘p ou ~p’, não afirma nada, na medida em que não se trata de uma proposição bipolar, que possa ser verdadeira ou falsa dependendo de um determinado arranjo de objetos que supostamente representasse. Se eu afirmo algo como ‘chove ou não chove’, eu não acrescentei nenhuma informação sobre as características do mundo, e neste caso, trata-se de uma tautologia. Por outro lado, se eu afirmo algo como ‘chove e não chove’, eu obviamente não disse nada que pudesse corresponder a algo no mundo, pois no mundo algo não pode ser e não ser o caso sob os mesmos aspectos e ao mesmo tempo, trata-se de uma contradição. Mesmo que tautologias e contradições sejam proposições sem sentido, e que não digam nada sobre o mundo, elas mostram os limites lógicos da sintaxe da linguagem. É importante observar tratar-se aqui de relações formais, ou seja, puramente sintáticas, que se mostram apenas ao observarmos os signos lingüísticos.

É importante perceber que, tautologias e contradições, mesmo não tendo sentido, e mesmo que não constituam, portanto, símbolos, que elas são combinações legítimas entre símbolos lingüísticos, e que diferem daquilo que Wittgenstein chama de contra-sensos, que são combinações sintaticamente ilegítimas de sinais, que, neste caso, não chegam a constituir um símbolo visto que alguma de suas partes não estabelece nenhuma possibilidade sintática. Isso acontece quando em uma articulação de nomes, deixamos de estabelecer o significado de alguns deles. É quando tentamos falar de algo que não possui nenhum conteúdo semântico.

Contra-sensos se dão, pois, quando não temos a plena ciência ou esquecemos que uma proposição para ter sentido tem que ser bipolar e, portanto, tem que representar algo contingente, e às vezes nos pegamos tentando afirmar qualquer coisa que se pretenda necessária. Só existe necessidade lógica e qualquer coisa que se possa afirmar sobre o mundo tem que ser contingente. Só é necessário aquilo que se *mostra*, nada do que se diz pode o ser.

Tudo, e absolutamente tudo o que foi aqui exposto, é fruto de constatações puramente lógicas, e espero que este apanhado geral tenha podido deixar isso patente.

4.1. PROPRIEDADES INTERNAS E EXTERNAS

Os objetos tractatianos encontram-se em um nível de simplicidade tal, que não podemos sequer dar um exemplo direto de algum deles. Devemos, pois, buscar compreendê-los sem citá-los. Tentemos, pois, compreender suas características, e para isto nos valhamos aqui de um exemplo ilustrativo.

O que se passa se eu descrever um objeto tal dizendo que ele tem a propriedade essencial 'x' ou, segundo nosso exemplo ilustrativo, se eu digo algo como 'minha bolsa é visível'? Para Wittgenstein seria um contra-senso, na medida em que se 'minha bolsa é visível' fosse uma proposição, deveria poder ser verdadeira ou falsa e, neste caso, isso é impossível, porque ela será sempre verdadeira, visto tratar-se de uma propriedade essencial da bolsa ser visível, vez que uma bolsa que não fosse visível não seria uma bolsa.

Quando eu descrevo um objeto, eu utilizo uma proposição que deve poder ser verdadeira ou falsa, e no caso quando eu tento descrevê-lo através de suas propriedades internas, essa proposição que o descreve nunca pode ser falsa, portanto, não é uma proposição, porque não é bipolar, sua verdade é necessária.

Quando eu forneço as propriedades externas dos objetos, quando eu falo de como ele se comporta, eu *mostro* como ele pode se comportar, eu *mostro* suas propriedades internas sem descrevê-las. Se eu digo que 'minha bolsa é preta' - o que pode ser verdadeiro ou falso -, eu sei que ela é visível sem descrever sua propriedade interna de visibilidade, para utilizar a terminologia de Wittgenstein, eu *mostro* que ela é visível. Saber como algo se comporta me *mostra* como ele pode se comportar. A estrutura do estado de coisas nos mostra as propriedades formais dos objetos que o compõe. Podemos, pois, reconhecer as propriedades internas dos objetos, mas descrevê-las não, porque sua descrição contraria as regras da sintaxe lógica.

Ainda com relação a essa questão das propriedades e relações internas e externas, é importante entender outro ponto. Afirma Wittgenstein: "Como a

descrição de um objeto o descreve pelas propriedades externas que ele possui, a proposição descreve a realidade pelas propriedades internas que esta possui" (4.023).

A proposição descreve a realidade por suas propriedades internas. Vejamos: o que é essencial à realidade? Existir e inexistir, assim como na proposição o essencial é ter sentido, ser bipolar. Ela não precisa ser efetivamente verdadeira, bem como a realidade não precisa efetivamente existir. Quando uma proposição qualquer tem sentido, e ela tem que ter sentido para ser uma proposição - o sentido é uma propriedade interna desta, ela representa a realidade através de sua propriedade interna (da realidade) de ser existente ou não.

Enquanto, pois, os objetos não podem ser descritos através de suas propriedades internas, mas essas se *mostram* através da descrição de suas propriedades externas, a realidade pode ser descrita através de suas propriedades internas porque é essencial para a realidade ser bipolar tanto quanto as proposições que as representam. A realidade é afirmada aqui como bipolar, na medida em que ela engloba o existente e o inexistente, onde a proposição bipolar que a representa é respectivamente verdadeira e falsa.

Diante de uma proposição, e pelo simples fato de ser uma proposição, já sabemos que ela precisa logicamente representar a realidade. Uma proposição tem que ser verdadeira ou falsa ao compará-la à realidade que pode ser existente e inexistente. É uma propriedade interna de uma proposição poder ser verdadeira ou falsa, bem como é uma propriedade interna da realidade englobar o existente e o inexistente.

Wittgenstein elaborou uma distinção entre o que pode ser dito e o que pode ser mostrado de modo a garantir sua teoria da representação. Com isso, coisas que na nossa linguagem são obviamente verdadeiras, como que toda bolsa tem que se visível, e que nos seria uma proposição plenamente significativa, passam a pertencer a uma outra categoria de 'proposição', neste caso, passam a não ser mais uma descrição nem uma proposição. Sabemos que toda bolsa é visível, e que essa é uma propriedade essencial de qualquer coisa que se possa denominar bolsa, só que, no caso de Wittgenstein, isso não pode ser dito, apenas *mostrado*, e por isso não podemos dizer nada sobre a forma diretamente, por mais que possamos conhecê-la através de descrições legítimas.

De tudo isso fique claro que não podemos falar diretamente sobre propriedades essenciais, por mais que possamos conhecê-las.

5. A MATEMÁTICA, A CIÊNCIA E A FILOSOFIA

Dante do quadro que se perfaz após tudo o que foi visto, algumas indagações mostram-se absolutamente pertinentes: se tudo o que se pode dizer legitimamente se reduz a proposições bipolares e contingentes, que nada de necessário pode ser afirmado, como ficam as proposições que usualmente conhecemos e aceitamos como verdadeiras, e que parecem tão fundamentais para o conhecimento humano - falo sobre as proposições da matemática, seriam essas, portanto, proposições ilegítimas? E qual seria, para Wittgenstein, o estatuto que destinaria à ciência?

Proposições matemáticas não representam nada, não são figurações, não são bipolares, não têm sentido. Proposições matemáticas (equações), são pseudoproposições, na medida em que, por um lado, não têm sentido, não representam nada no mundo, mas que por outro não são meros contra-sensos. Elas são construções tautológicas que conferem visibilidade às relações internas entre proposições com sentido. As proposições matemáticas, em si, não simbolizam nada, mas “mostram relações estruturais entre posições relativas em séries formais” (Santos, p. 96).

Quanto à ciência, um olhar atento à questão da independência dos estados de coisas e proposições elementares nos mostra como uma de suas consequências que: se cada estado de coisas é completamente independente dos demais, que se entre eles não há nenhum vínculo lógico, qualquer pretensa lei que vise estabelecer algum laço necessário entre eventos é impossível e mera superstição. Se não há nenhum vínculo lógico entre eventos, a causalidade não é uma lei lógica e, portanto, não é necessária. Mas então, o que é mesmo que é a ciência?

“Idealmente, descrevemos completamente o mundo indicando se cada estado de coisas possível existe ou não. Sendo humanamente impossível fazê-lo, recorremos às chamadas leis gerais. Selecionamos uma conjunção P de propriedades possíveis de eventos no mundo e procuramos identificar outra conjunção Q de propriedades possíveis de eventos tal que, para todo evento conhecido, se ele tem Q, então também tem P. Uma lei científica é uma proposição geral que enuncia uma tal relação entre propriedades de eventos sem restringir o domínio de generalização aos eventos conhecidos. Ela é uma hipótese, uma proposta de representação resumida de um sem número de situações possíveis, seus casos particulares” (Santos. P.98).

A ciência é, pois, conjuntos de leis hipotéticas, que criamos no intuito de proporcionar uma certa regularidade à natureza. Não trata, portanto, de leis imutáveis e necessárias, mas consiste de suposições úteis.

Depois de tudo que se consumou, resta-nos entender qual será a partir de então o papel que dignará Wittgenstein à filosofia, que obviamente, não poderá mais consistir em nenhum corpo doutrinário que pretenda abordar questões fundamentais. Só há necessidade lógica, e qualquer coisa que se pretenda afirmar de necessário sobre o mundo não passará de contra-senso. Diante disto, resta à filosofia a tarefa de análise crítica da linguagem, de modo que não pretenda afirmar nada, mas apenas avaliar as construções lingüísticas que se apresentem para afirmar ou negar sua legitimidade e apontar-nos quando cairmos em contrasenos.

Para finalizar cabe aqui um breve comentário sobre outras áreas do conhecimento humano, tais como ética, religião, etc. Sobre essas, não se pode pretender dizer absolutamente nada, elas pertencem ao domínio do inefável, mas para Wittgenstein, nem por isso seriam ilegítimas, pelo contrário, elas são absolutamente legítimas, somente incomunicáveis. Mas sobre isso, como dissemos na introdução, não pretendemos aqui nos aprofundar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se uma proposição tem sentido, ela mostra um estado de coisas possível, ela mostra uma forma possível de combinação entre objetos. Ela mostra essa forma, porque essa forma é lógica, por isso, necessária, e anterior a qualquer combinação fática de tais objetos. Se objetos se combinam de um determinado modo, é porque é logicamente possível que eles possam se combinar desse modo. Objetos espaciais combinam-se, logicamente, espacialmente; objetos sonoros combinam-se, necessariamente, sonoramente. Não precisamos nem mesmo acessar diretamente os objetos, e nem o poderíamos fazer, visto que eles não se encontram no mundo fático, mas subsistem no nível transcendental das condições de possibilidade dos fatos. Acessamo-los, pois, apenas indiretamente, visto que, se eles se combinam logicamente em estados de coisas atômicos, e esses, por sua vez, articulam-se em estados de coisas moleculares, podemos regressar até as condições de possibilidades desses estados de coisas, ou seja, aos objetos, por meio de análise lógica. Os objetos, portanto, mostram suas propriedades quando se apresentam em estados de coisas (atômicos). Esses estados atômicos mostram, por sua vez, como podem se combinar a outros estados atômicos formando fatos complexos. Como pode Wittgenstein supor tudo isso? O mundo fático não seria, ao invés disso, uma mera combinação de objetos atualizados? Será que Wittgenstein não estaria se valendo de uma suposta isomorfia linguagem-mundo, e partindo disso, é que conclui que o mundo constitui-se de fatos, não de objetos?

Objetos combinam-se em estados de coisas (atômicos) e estes em estados de coisas (moleculares), porque objetos equivalem a nomes que se combinam em proposições elementares e estas em proposições complexas. Se essa isomorfia não se desse, segundo o *Tractatus*, a linguagem não poderia representar o mundo. Não seria essa, então, uma solução estratégica e arbitrária? Isso não diria! Existe, na base dessas correlações, um forte argumento em favor dessa isomorfia, a forma lógica!

Se objetos são a substância do mundo e eles são simples, tem que ser designados por nomes simples, isso se mostra através da lógica. Aquilo que é

complexo pode ser sempre analisado em seus constituintes simples e essa análise tem que chegar a objetos indecomponíveis sob pena de regresso *ad infinitum*, isso é lógico! Por outro lado, um nome designa o simples, pois o nome que designasse um complexo poderia sempre designar apenas uma de suas partes componentes, de forma que um objeto simples pudesse sempre ser designado por um nome simples, isso também é lógico! Combinações de objetos em estados de coisas atômicos correspondem a proposições elementares visto que um estado de coisas mostra uma possibilidade da realidade que corresponde ao que uma proposição atômica que possui um sentido mostra, na linguagem, e isso também se mostra pela forma lógica comum a ambos. Como se pode, por sua vez, chegar a tudo isso, se não temos acesso direto nem ao menos a um único objeto ou nome, bem como a um único estado de coisas ou proposição elementar?

Pressupondo logicamente – como faz Wittgenstein, a existência de objetos simples como substância do mundo e seu respectivo correspondente, o nome simples. Ou seja, uma análise de qualquer proposição ou fato, deve necessariamente chegar a seus elementos constituintes simples, e isso se faz através da análise das relações lógicas que se mostram em ambos. Temos aqui um problema, como entender exatamente do que se tratam esses elementos se não temos acesso direto a eles?

Para resolver essa questão, Wittgenstein faz o caminho oposto, ou seja, ao invés de partir dos elementos mais simples e combiná-los, ele parte agora da proposição complexa para entender as características de suas proposições constituintes (as elementares). Pois bem, se uma proposição é verdadeira, ou seja, se ela representa um estado de coisas existente, é porque todas as proposições que a compõem, tem de ser, por sua vez, também verdadeiras. Se uma proposição *r* é composta por duas proposições *p* e *q*, se *r* é verdadeira, *p* e *q* tem que ser verdadeiras. Dessa forma, Wittgenstein utiliza uma tabela de verdade para determinar o valor de verdade da proposição complexa.

Deste modo ele parte da proposição *e*, entendendo-a como bipolar, ou seja, como necessariamente podendo ser verdadeira ou falsa, ele as associa aos estados de coisas possíveis, que também devem poder existir – caso a proposição que o corresponda seja verdadeira – ou inexistir – caso a proposição seja falsa. Essa associação só é possível porque Wittgenstein já percebeu o que há de comum entre realidade e linguagem e que torna possível a esta representar

aquela, a forma lógica. Essa forma lógica, como já indica seu nome, é algo puramente formal, não possui conteúdo, e é condição de possibilidade da linguagem e do mundo. Vale aqui ressaltar que ela não é mera condição de possibilidade da linguagem falar sobre o mundo, ela é bem mais que isso. Ela é condição do próprio mundo, na medida em que esse tem que ter uma substância, que é logicamente identificada. Por outro lado, ela é condição de possibilidade da linguagem, vez que esta é determinada. Uma vez identificada esta forma lógica, comum a ambos, podemos identificar como uma pode representar o outro.

Mas, por que a proposição é o ponto central da investigação? Para Wittgenstein, só a proposição pode ter sentido e representar um fato do mundo, um nome não pode. Não dizemos de um objeto que ele seja verdadeiro ou falso. Já uma proposição, pode ser dita verdadeira na medida em que ela representa um fato do mundo, bem como dita falsa, se não o faz. Se eu digo, por exemplo, ‘Esta cadeira é vermelha’, represento dessa forma, possíveis estados de coisas, de modo que posso dizer se essa proposição é verdadeira, ou seja, se ela de fato corresponde a estados de coisas do mundo, ou se ela é falsa, ou seja, se no mundo, por mais que essa cadeira pudesse ser vermelha, ela de fato, não é.

A proposição, para poder representar possíveis estados de coisas, deve deter algumas características formais: primeiramente ela deve ser articulada, não basta juntarmos um punhado de nomes e chamar de uma proposição. Ela não é um mero conjunto de nomes, ela é um conjunto de nomes que detém uma determinada forma. Uma forma que nos leva a reconhecer uma possível correspondência com um estado de coisas, uma forma como: ‘Isto está assim’. Ou seja, quando Wittgenstein fala de uma proposição, ele especifica tratar-se de uma proposição descritiva. “Especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição e, portanto, a essência do mundo” (5.4711).

Em segundo lugar, além de ser articulada e descritiva, uma proposição deve ser bipolar, ou seja, deve poder ser verdadeira ou falsa. Wittgenstein percebeu que existem casos específicos em que se poderia assegurar a verdade e falsidade de algumas ‘proposições’ sem se recorrer a sua averiguação de correspondência com a realidade, isso significa que seus valores de verdade poderiam ser determinados *a priori*. A decorrência disso é que elas não dizem nada sobre o mundo.

Deste modo, uma proposição, além de articulada e descriptiva, deve indicar um lugar de possibilidade de ocorrência de estado de coisas, de modo que, a uma proposição verdadeira, possa corresponder um estado de coisas existente, e a uma falsa, um estado de coisas inexistente.

Falar de proposição no *Tractatus* significa falar de articulação, descrição e bipolaridade. Proposições aprioristicamente verdadeiras – tautologias, ou aprioristicamente falsas – contradições são, portanto, pseudoproposições.

É importante observar, para finalizar, um outro desenrolar necessário embutido nessas características proposicionais, a saber: se proposições são articulações de nomes, que significam objetos, e só o fazem dentro da proposição com sentido, qualquer tentativa de falar sobre algo a que não corresponda nenhum objeto, bem como falar de proposições necessárias – excetuando-se as tautologias, que não sejam, portanto, bipolares, é puro contra-senso. Toda proposição é contingente e para saber-lhe verdadeira ou falsa, tem-se que recorrer ao mundo e compará-la a este. Qualquer proposição que se pretenda necessária, é tautológica, é, pois, uma pseudoproposição que não diz nada sobre o mundo. Buscar proposições necessárias que afirmem algo sobre o mundo é contra-senso. Por isso, Wittgenstein diz que a filosofia deveria nada dizer, mas resumir-se a uma crítica radical da linguagem. Ela deve deixar claro quando, na tentativa de falar sobre algo, cairmos em contra-senso. Deste modo, o ético, o estético, o metafísico, estão para além de nosso poder de descrição, são inefáveis, não por uma deficiência cognitiva humana, mas porque estão, necessariamente, para além do âmbito do nosso falar com sentido. E sobre o que não se pode falar, deve-se calar, e aceitá-lo como domínio do que está para além do poder descriptivo da linguagem.

PARTE II

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O intuito dessas considerações é expor, em linhas gerais, os principais argumentos do *Tractatus*, de modo a que possamos em seguida nos debruçar sobre a série de problemas que daí emergem.

Uma das questões fundamentais da obra é em relação ao que seriam os objetos tractatianos, mais especificamente no que consistiria sua forma. Essa questão será tratada na seção sobre as questões problemáticas, mas alguma coisa deve ser aqui antecipada.

Não podemos entender os objetos tractatianos como fenomenológicos e isso é algo que precisa estar inicialmente bastante claro. Objetos isolados não são fenômenos, objetos não possuem cor (são, por assim dizer, incolores) ou localização espaço-temporal. Objetos isolados nem mesmo existem, mas subsistem enquanto possibilidade de se apresentarem em estados de coisas. O que queremos dizer com isso é que um objeto só existe enquanto concatenado em um estado de coisas e que, enquanto fora dessa concatenação ele subsiste enquanto possibilidade, o que o torna, por um lado, indestrutível e eterno, e por outro ‘maleável’ a ponto de poder participar em diferentes modos de concatenações em estados de coisas. É no estado de coisas, onde os objetos apresentam suas propriedades externas, que eles adquirem existência. Objetos são, pois, potencialidades que só se atualizam quando estruturados em um estado de coisas.

Deste modo, eles podem ter cor, espaço e tempo como formas, mas isso não quer dizer que essas sejam propriedades fenomenológicas, porque na verdade elas são apenas potencialidades. Essas formas só se atualizam no estado de coisas, e esses sim, quando efetivamente existentes, são fenômenos.

Há estudiosos do *Tractatus*, dentre eles meus orientadores Guido Imaguire e Tarcísio Pequeno, que entendem que as formas dos objetos tractatianos não são determináveis diretamente, de modo que não possamos citá-las, essa não será aqui nossa visão, mas contemplaremos também essa opção interpretativa no seguimento do presente texto.

"Tornou-se claro para nós que nomes representam, e podem representar, as mais diversas formas, e que apenas a aplicação sintática caracteriza a forma representada" (Diários 14.6.15). Enquanto potencialidades, não podemos dizer que os objetos sejam particulares, ou propriedades, ou relações, essas formas manifestam-se apenas no estado de coisas.

Objetos não são fenômenos, fatos sim. No estado de coisas revela-se algo sobre a forma dos objetos que o compõem. Não podemos *dizer* nada sobre as propriedades internas, essenciais, dos objetos, mas através de proposições que representem as propriedades externas desses objetos quando articulados em um estado de coisas, podemos acessar suas propriedades internas porque elas se *mostram*. Os objetos só se mostram em estados de coisas. O fenômeno só se manifesta no nível dos estados de coisas.

Se os objetos tractatianos isoladamente considerados já fossem fenômenos, deveríamos poder distingui-los empiricamente, e como poderíamos fazer isso sem antes acessarmos ao mundo? A questão de como são ou podem ser os objetos sairia do âmbito da lógica para o da ontologia.

Quando estruturados em um estado de coisas, os objetos mostram suas formas. Um nome enquanto símbolo, não somente corresponde a um objeto, mas o significa. Esse significado só existe quando os nomes se articulam numa proposição, bem como os objetos que eles representam se articulam em um estado de coisas. Desse modo, o nome só significa o objeto dentro do estado de coisas, e nesse momento, ele revela a forma desse objeto.

A proposição é uma figuração, ela representa um estado de coisas. Uma proposição não é a mera junção de nomes porque o estado de coisas não é uma mera junção de objetos. Quando objetos se articulam, eles estruturam-se de acordo com suas possibilidades lógicas, ou seja, articulam-se de acordo com suas formas lógicas. Quando eu considero a forma de um objeto – porque ela se mostra quando esse objeto encontra-se combinado, sei algo sobre as possibilidades combinatórias que ele pode realizar com outros objetos, e isso se mostra através das possibilidades combinatórias dos nomes que os representam. Quando eu articulo nomes, portanto, eu afiguro articulações de objetos, e essas articulações são estruturações determinadas pelas formas lógicas desses nomes e objetos.

Conhecer um objeto, bem como conhecer um nome, é conhecer todas as suas possibilidades combinatórias, e para conhecer todas as suas possibilidades

combinatórias, temos que, a partir da observação de seus modos específicos de aparecer, abstrair logicamente sua forma lógica, e então conhecer suas propriedades internas, que determinam por sua vez, todas as possibilidades de poder ser dos objetos e nomes.

Talvez seja conveniente explicar um pouco mais que para entender os estados de coisas como fenomenológicos, não temos que supor que objetos também sejam fenomenológicos. Os objetos são potencialidades e enquanto tais *não* são fenômenos, mas tornam-se fenômenos enquanto fato, ou seja, quando participando de um estado de coisas existente. Esse é a meu ver, um dos maiores méritos da teoria da figuração, justificar como algo que não tem propriedades específicas, que não tem propriedades *materiais* específicas - o objeto -, algo que é puramente potencial, algo que não se compromete com categorias ontológicas específicas, pode se 'materializar', adquirir características materiais, tornar-se um fenômeno.

Para o *Tractatus*, um objeto só existe enquanto parte de um estado de coisas. Um objeto isolado, não é azul, nem vermelho, nem qualquer outra cor, ele é uma potencialidade, ele não existe de fato, e algo que não existe de fato não pode ser identificado fenomenicamente. Quando em um estado de coisas, o objeto apresenta propriedades específicas, como vermelho, por exemplo, antes de participar de um estado de coisas ele apenas possui a possibilidade de ser vermelho, o que é um fenômeno é, pois, o estado de coisas.

Vermelho e azul só existem no estado de coisas, o objeto em si não é vermelho ou azul, ele é incolor, ele tem somente a possibilidade das cores.

O objeto, enquanto isolado, não possui propriedade específicas, ele possui a possibilidade de possuir quaisquer das propriedades específicas permitidas por sua forma lógica, ele, neste momento, ainda não é existente, mas apenas subsistente.

"É essencial para a coisa poder ser parte constituinte de um estado de coisas" (2.011), ela não necessariamente constitui um estado de coisas específico. Enquanto potencialidade ela não é fenômeno, mas já é coisa.

"Para conhecer um objeto, na verdade não preciso conhecer suas propriedades externas - mas preciso conhecer suas propriedades internas" (2.01231). Vermelho é uma propriedade externa, é fenômeno, cor é uma propriedade essencial, mas não fenomenológica, ela é uma potencialidade.

"A substância do mundo só pode determinar uma forma, e não propriedades materiais. Pois essas são representadas apenas pelas proposições - são constituídas apenas pela configuração dos objetos" (2.0231). Propriedade materiais, ser vermelha, por exemplo, são representadas nas proposições. Uma proposição elementar, que poderia ser para efeito ilustrativo algo como 'minha cadeira é vermelha'¹⁸, representa propriedades materiais, mas com isso não concluo que vermelho é objeto. Concluo sim, que o objeto tem cor como forma - vez que isso se mostra logicamente pelo fato de nesse momento específico ele ter assumido a cor vermelha, e que, eventualmente, neste caso, ele assumiu a cor vermelha. O objeto, em si, não é fenômeno, ele é a possibilidade do fenômeno que se revela apenas no estado de coisas.

Os objetos são potencialidades que possuem apenas forma, não possuem propriedades materiais. Enquanto forma,

"O objeto espacial deve estar no espaço infinito. (O ponto do espaço é um lugar de argumento). Não é preciso, por certo, que a mancha no campo visual seja vermelha, mas uma cor ela deve ter: tem à sua volta, por assim dizer, o espaço das cores. O som deve ter *uma* altura, o objeto do tato *uma* dureza, etc" (2.0131).

Enquanto forma: "Em termos aproximados: os objetos são incolores" (2.0232). Como já disse, somente no estado de coisas é que ele adquire propriedades materiais, e só aí ele torna-se fenômeno.

Segundo diz textualmente Wittgenstein, "espaço, tempo e cor (ser colorido), são formas dos objetos" (2.0251). Não entendo que todos os exemplos sobre as formas dos objetos dados no *Tractatus* sejam meramente metafóricos, não mesmo, mas dizer que objetos possuem espaço, tempo e cor como formas, não implica dizer que eles são entidades fenomenológicas.

Em minha interpretação do *Tractatus*, contudo, mesmo que consigamos nos resguardar dessa implicação fenomenológica pelo fato de conhecermos as formas dos objetos, uma outra questão se impõe: Se você descreve quais são as propriedades internas de um objeto, você tenta afirmar através de uma proposição bipolar - de uma proposição que deve poder ser verdadeira ou falsa por definição, algo que deve ser necessário, que deve ser sempre verdadeiro.

¹⁸ Sabemos que diante do *Tractatus* não podemos dar sequer um exemplo de uma proposição elementar.

Eu entendo que para resolver essa questão Wittgenstein introduz uma distinção fundamental entre dizer e mostrar. Eu não posso descrever as propriedades internas de um estado de coisas, porque são propriedades essenciais e necessárias, e qualquer descrição seria bipolar, poderia ser verdadeira ou falsa, e propriedades internas são sempre verdadeiras porque necessárias. Mas, ao descrever qualquer estado de coisas através, obviamente, de uma proposição bipolar, eu *mostro* as propriedades internas dos objetos que compõem tal estado de coisas. A forma dos objetos não pode ser dita, mas pode ser mostrada através das proposições bipolares.

O mundo não é composto por objetos, objetos são potencialidades. O mundo é composto por fatos. Um objeto isolado não manifesta propriedades materiais, um nome sozinho não significa nada. O que é uma possibilidade fática é o estado de coisas, o que representa uma possibilidade real é uma proposição. O que costumamos imaginar como um objeto, uma caneta, por exemplo, para o *Tractatus* é algo complexo, não um objeto. Uma caneta pode ser analisada logicamente através de descrições e essas em outras, e assim sucessivamente até um momento em que a análise chega à decomposição máxima do complexo, ela chega a suas partes simples, às quais não permitem mais nenhuma decomposição. Esses seriam os objetos simples.

É importante que fique claro que nosso mundo é um mundo pensável, as características desse mundo que podem nos interessar, até mesmo porque serão as únicas acessíveis, serão as características pensáveis. Podemos até supor que existe um mundo que não seja acessível aos nossos pensamentos, mas qualquer suposição nesses termos restringir-se-á a isso, a suposição da mera possibilidade de existência, nada poderia ser dito sobre ele, porque nada poderia ser pensado sobre ele, nosso mundo descritivo é, pois, nosso mundo pensável.

“Nosso simples É: o mais simples que conhecemos. – O mais simples até onde a nossa análise pode penetrar – ele precisa apenas aparecer como protofiguração, como variável nas nossas proposições – isso é o mais simples que nós pensamos e procuramos” (Diários 11.5.15).

O nome é protofiguração do objeto na medida em que esta não é ainda uma relação de figuração, mas enquanto correlação simples entre nome e objeto, trata-se apenas de uma relação de designação, digamos assim. Por outro lado, como

cada nome só pode verdadeiramente representar um objeto - não somente designá-lo, articulado em uma proposição, e como o objeto tem que estar articulado em um estado de coisas, a figuração só ocorre quando os nomes encontram-se articulados na proposição.

Os objetos, ao associar-se em um estado de coisas, não o fazem aleatória e indistintamente, eles o fazem determinados por suas formas lógicas. Desse modo, nem todas as combinações entre objetos são permitidas, mas somente aquelas que estão de acordo com as possibilidades combinatórias que suas formas lógicas impõem.

Não nos reportamos simplesmente ao mundo e observamos objetos, apreciamos suas propriedades e os conhecemos. Os objetos não se mostram diretamente. Os objetos só se mostram quando estão combinados em um estado de coisas, e quando assim estão, apresentam-nos apenas um modo de ser, ou seja, apresentam-nos um modo possível de seu aparecer. Conhecer um objeto, não é somente conhecer uma maneira como ele encontra-se em um estado de coisas, mas conhecer uma maneira como ele se apresenta em um estado de coisas nos *mostra* algo sobre a forma com que ele aparece. Nos mostra a forma, porque, se em um determinado estado de coisas um objeto aparece como vermelho, sabemos que ele tem cor como forma.

Quando um nome está articulado em uma proposição, ele mantém com os demais nomes relações internas, ou seja, todos os nomes que participam de uma determinada proposição, podem estabelecer variadas associações com os demais, mas todas essas associações são determinadas por suas formas lógicas.

Qualquer coisa que seja o caso, logicamente, precisa poder ter sido o caso. Tudo o que é em ato, logicamente, também é em potência.

Se tudo o que é, deve antes poder ser, e se o mundo pode ser representado pela linguagem, é porque ele precisa poder ser representado pela linguagem, e quais seriam, portanto, as condições que a linguagem precisaria ter para representar o mundo? E quais seriam as condições do mundo que o fazem poder ser representado pela linguagem?

Bem, se a linguagem se resumisse a descrever o que verdadeiramente há no mundo, seria simples, bastaria associar a cada proposição um estado de coisas do mundo. Mas a linguagem não se resume a uma descrição verdadeira do mundo, ela não descreve somente o que há no mundo, ela também descreve o que não

há, e o faz de duas maneiras: ou ela descreve algo que efetivamente não existe, ou seja, ela anuncia o falso, ou ela descreve algo negativamente, ela ao invés de dizer que algo é o caso ela diz o que não é o caso.

Como eu posso falar de algo que não é o caso e ainda assim estar falando sobre o mundo? Se o mundo é tudo o que ocorre, obviamente eu não posso falar de algo que não ocorre e achar que estou falando sobre o mundo. E é bem isso, algo que não ocorre não faz parte do mundo, e faz parte de que? Da realidade. A introdução desse conceito é uma necessidade básica para que possamos efetivamente distinguir entre tudo que existe de fato – o mundo – e o que não necessariamente existe, mas poderia existir – a realidade. E é importante ainda distinguir o caso em que nem mesmo articulamos significados, ou seja, quando construímos lingüisticamente algo que não tem sentido, e que nem mesmo pode pretender representar algo da realidade.

A linguagem – que é a totalidade do que pode ser dito, é, pois, mais abrangente que o mundo – que é a totalidade do que é o caso, a linguagem é tão abrangente quanto a realidade total.

Para que seja possível à linguagem representar a realidade, ela tem que ser composta por proposições elementares, totalmente independentes entre si, e que representam os estados de coisas atômicos que são todas as possíveis combinações entre os objetos.

Proposições elementares devem ser independentes entre si porque os estados de coisas que elas representam também têm que ser independentes entre si, e desta forma, cada proposição elementar pode ter um valor de verdade independente da verdade de todos os outros valores das demais proposições elementares, de modo que elas possam se combinar em tabelas de verdade e formar todas as proposições complexas de que se constitui a nossa linguagem ordinária.

QUESTÕES PROBLEMÁTICAS

1. A FORMA DOS OBJETOS

Antes de adentrarmos propriamente a um problema específico, explicitarei aqui uma outra forma de interpretação com relação ao que seriam os tais objetos tractatianos que parece ser a interpretação mais aceita pela comunidade intelectual, e como disse, também a de meus orientadores. Para isso, introduzirei parte de um artigo do Prof. José Oscar Marques (Unicamp), que, é um pouco longa, mas ao meu ver, aponta de maneira bastante clara e satisfatória os aspectos que pretendo aqui apreciar.

“Mas a razão pela qual o sistema da mecânica de Hertz (e, por extensão, qualquer modelo que inclua o espaço e o tempo entre seus conceitos irredutíveis) não constitui uma interpretação admissível da ontologia do *Tractatus* é que ele não pode ser conciliado com uma exigência fundamental que Wittgenstein introduz em relação à possibilidade de combinações de objetos em fatos atômicos. Já indicamos essa exigência: trata-se da tese de que a atualização de uma dada combinação de objetos não pode entrar em conflito com a atualização de qualquer outra combinação de objetos. A constatação disso é, na verdade, bastante simples. Considere-se que uma determinada partícula ocupa um certo ponto do espaço num certo instante. A ocorrência desse suposto fato atômico impossibilita, entretanto, que essa mesma partícula esteja ocupando um *outro* ponto do espaço naquele mesmo instante, isto é, ela exclui a ocorrência de um outro fato atômico que é, em princípio, tão possível quanto o primeiro. Isto quer dizer, porém, que essas duas possibilidades de combinação não são logicamente independentes - a consecução de uma delas exclui a consecução da outra e, de fato, de um número infinito de outras combinações, correspondentes a todas as outras posições no espaço que aquela partícula poderia em princípio estar ocupando naquele instante. Essa exclusão, além disso, não é de natureza simplesmente empírica, mas decorre da própria lógica interna do sistema. Isso foi explicitamente indicado por Hertz, ao enfatizar que os pontos espaciais associados a uma partícula em tempos determinados devem necessariamente coincidir quando os tempos coincidem; uma conclusão - ele observa - que se segue diretamente da própria definição de partícula de massa (*Prinzipien* p. 54, *Definition* 1).

Do ponto de vista do sistema de representação, a consequência é que proposições em que figuram termos designativos de grandezas espaciais e temporais apresentam entre si relações de dependência lógica, e não podem, portanto, constituir exemplos das proposições elementares do *Tractatus*. A ocorrência dessas relações indica, ao contrário, que não se atingiu aí o nível mais elementar de expressão, e que essas proposições são, na verdade, proposições complexas, resultantes da aplicação de operações lógicas a proposições elementares. Nada sabemos, na verdade, sobre quais seriam os constituintes destas últimas proposições, mas podemos concluir que eles devem apresentar características conceituais muito distintas das que normalmente se associam às noções de espaço e tempo.

O argumento aqui apresentado é exatamente similar ao enunciado por Wittgenstein no aforisma 6.3751 do *Tractatus*, no qual se afirma a impossibilidade de duas cores ocuparem simultaneamente um mesmo ponto do campo visual. Wittgenstein afirma que essa impossibilidade é de ordem lógica, e que essa co-presença é excluída pela "estrutura lógica das cores". Sua conclusão é que uma proposição que atribui uma cor a um ponto do campo visual em um dado instante não pode ser uma proposição elementar, e ele mostra como essa mesma situação surge na física sob a forma da impossibilidade de que uma mesma partícula (*Teilchen*) ocupe diferentes posições espaciais em um mesmo instante. É notável que a grande quantidade de comentários já escritos sobre essa passagem não tenha servido para estabelecer definitivamente a óbvia conclusão de que proposições que atribuem coordenadas espaciais e temporais a indivíduos de qualquer tipo não podem ser elementares no sentido do *Tractatus*, e que, portanto, espaço e tempo não podem ser elementos irredutíveis da ontologia proposta nesse livro”¹⁹.

Se nós almejamos ser rigorosos em nosso estudo, temos que mostrar o porquê dessa maneira de interpretar o que seriam os objetos tractatianos também ser problemática diante da pretensa perfeição sistemática do *Tractatus*. Devemos, portanto, demonstrar a dificuldade, dentro da obra, de ambas as interpretações, a saber, da interpretação de objetos com formas determináveis, como espaço e tempo, e sem essas formas. Vamos a ambas:

Diante do *Tractatus* (cf. 6.3751) e em acordo com a citação que vimos, logicamente, sabemos que se algo tem a cor azul, ele tem que poder ter a cor azul, e logicamente também sabemos que se ele pode ter a cor azul, ele também poderia

¹⁹ Publicado em: *Espaço e Tempo*; Anais do VIII Colóquio de História da Ciência. Campinas: CLE-Unicamp, 1995 (Coleção CLE, 15). P. 109-131.

ter a cor vermelha, ou qualquer uma outra, mas que se ele tem a cor azul, não poderá ao mesmo tempo ter uma outra. Se nós sabemos que algo está numa determinada posição espaço-temporal, esse algo tem que poder estar em uma localização espaço-temporal, e sabemos que poderia também ter alguma outra, mas que se ele tem uma determinada posição ele, logicamente, não tem nenhuma outra.

Para que partindo de um estado de coisas, absolutamente nada pudesse ser inferido sobre um outro, os estados de coisas deveriam, pois, ser ‘entidades’ que não poderiam nem mesmo possuir uma forma determinável, como espaço, tempo ou cor, porque, como vimos, sempre que um estado de coisas refere-se a uma cor, podemos inferir outros que tratem de outras cores a partir dele. Quando trata de um ponto espaço-temporal, podemos inferir vários outros estados de coisas inexistentes que correspondessem a todas as outras coordenadas espaço-temporais possíveis. Desse modo, os objetos tractatianos deveriam ser algo bem excéntricos, que não possuiriam nenhuma característica determinável, como defende o Prof. Oscar.

Mas por outro lado, não podemos esquecer que os objetos têm que ser pensáveis. Qualquer relação, ou propriedade, ou ‘indivíduo/particular’, se dá espacial e temporalmente. Um objeto que possuísse uma forma não temporal e espacial é inimaginável, e o pensamento só pode lidar com o imaginável. Sejamos mais rigorosos:

Como sabemos, para que uma proposição afigure um fato, duas coisas são necessárias: que a cada elemento da figuração – cada nome – corresponda a um elemento da realidade – um objeto; e que esses elementos possam se combinar de alguma maneira permitida por suas formas lógicas, onde todas as possíveis combinações mostrem-se através de regras sintáticas. Vejamos como isso se daria diante da perspectiva de que os objetos tractatianos não possuíssem propriedades determináveis, ou seja, supondo que suas propriedades não são tempo, espaço, cor, por exemplo. Com relação à questão do significado dos nomes, não me parece problemático imaginar que a cada um desses objetos possa ser atribuído um nome, na medida em que esta é uma relação convencional de designação – lembrando

que optei por considerar nomes enquanto símbolos, não ícones²⁰. Vejamos o que acontece com relação à sintaxe da figuração:

4.123 – “Uma propriedade é interna se é impensável que seu objeto não a possua. (Esta cor azul e aquela estão na relação interna do mais claro ao mais escuro *eo ipso*. É impensável que estes dois objetos não estejam nessa relação)”.

Precisamos ter acesso às propriedades internas dos objetos para que possamos estabelecer que relações estes podem manter com os demais objetos. Se as propriedades internas dos objetos não fossem acessáveis, pensáveis, imagináveis, se os objetos não possuíssem espaço, tempo, cor, por exemplo, como propriedades internas, suas combinações com outros objetos seriam indeterminadas, não poderíamos nunca saber se estes poderiam se combinar com outros objetos, a sintaxe do sistema seria indefinível. Não sabendo quais as combinações possíveis entre os objetos, descaracterizamos qualquer possibilidade figurativa.

Vejamos o que diz Wittgenstein:

“É óbvio que um mundo imaginário, por mais que difira do mundo real, deve ter algo – uma forma – em comum com ele (2.022). Essa forma fixa consiste nos objetos (2.023). Não podemos pensar nada de ilógico, porque, do contrário, deveríamos pensar ilogicamente (3.03). Já foi dito que Deus poderia criar tudo, salvo o que contrariasse as leis lógicas. – É que não seríamos capazes de dizer como pareceria um mundo ‘ilógico’” (3.031).

Como poderíamos afigurar algo sem que soubéssemos sua forma lógica a qual determina todas as possibilidades de combinações entre objetos? Como saberíamos se algo estaria ou não contrariando as leis lógicas?

O pensamento é lógico. Não podemos pensar nada ilógico, porque deveríamos poder pensar ilogicamente. Objetos que não possuam uma forma imaginável são impensáveis, e seriam, pois, ilógicos, e nós deveríamos poder pensar ilogicamente para concebê-los.

²⁰ Se considerássemos nomes enquanto ícones a questão seria ainda mais problemática, porque se não tivéssemos acesso à determinação da forma lógica dos objetos (opção do Prof. Oscar), nem a designação seria possível, porque também não teríamos acesso à forma lógica do nome, e, por conseguinte, não se teria nada entre nome e objeto que pudéssemos considerar semelhante.

Wittgenstein a meu ver não defenderia a possibilidade de um mundo onde não o pudéssemos pensar, pois seria um mundo ilógico.

“Que, p. ex., duas cores estejam ao mesmo tempo num lugar do campo visual é impossível e, na verdade, logicamente impossível, pois a estrutura lógica das cores o exclui” (6.3751).

Para Wittgenstein, pois, existe uma estrutura lógica das cores, que exclui a possibilidade de que um mesmo objeto possua duas cores simultaneamente. Isso só é possível se cor for uma propriedade dos objetos. E a questão aqui não é outra, mas tão somente a de esclarecer que só há estrutura onde há forma – “a forma é a possibilidade da estrutura” – e sem acesso à forma de um objeto, nunca poderíamos dizer nada sobre qualquer tipo de estrutura de estados de coisas (ligações entre objetos).

“Se generalizações ocorrem, então as formas dos casos especiais devem ser visíveis. – E é claro que essa exigência é justificada, senão a proposição não pode sequer ser a figuração de algo qualquer” (17.6.15).

Seria complicado supor que tempo, espaço, cor etc., não seriam consideradas formas elementares, porque no caso de haver um outro tipo de forma qualquer, essa só poderia ser de uma natureza não determinável, mas não acredito que Wittgenstein conceberia que pudéssemos pensar em um mundo não determinável, e é o pensamento o responsável por qualquer figuração. Não existe figuração sem pensamento, e não podemos pensar em um mundo não determinável, ou seja, objetos de formas ininteligíveis não podem ser pensados e, portanto, não podemos com eles fazer nenhuma figuração.

O problema que se coloca é o seguinte: se objetos não podem ser impensáveis e devem, por isso, possuir formas determinadas como tempo e espaço, se qualquer estado de coisas deve por isso trazer alguma determinação espácia-temporal e se qualquer determinação espácia-temporal exclui todas as demais localizações espácia-temporais, como conciliar isso com a tese de que os estados de coisas são totalmente independentes entre si?

Mas será mesmo que isso esgota a questão, será que os objetos precisariam mesmo ter formas determináveis como até então afirmamos? Nós podemos muito bem tratar essa questão diferentemente, porque nada nos impede de adentrar logicamente a níveis de simplicidade tão absolutos que não mais nos fosse possível determinar as formas de tais objetos mas que, ainda assim, pudéssemos ter em

mente a pressuposição lógica desses. Ora, assim poderíamos supor logicamente objetos tais como defendem os estudiosos que citamos, objetos absolutamente simples dos quais nada pode ser afirmado sobre suas formas, mas que ainda assim devem logicamente possuir formas lógicas, mesmo que não sejam essas passíveis de serem diretamente acessadas, e essa seria certamente uma maneira tentativa de garantir a independência dos estados de coisas.

Mas para que esses estados de coisas compostos por objetos simples sejam, de fato, completamente independentes entre si, é necessário algo mais do que a mera suposição de objetos pertencentes a um nível de abstração inacessível a uma determinação direta de suas formas. Para estados de coisas serem totalmente independentes entre si faz-se necessário também que este nível absoluto de simplicidade possua uma característica bem distinta do que encontramos em todas as etapas de uma análise lógica. Vejamos o que queremos dizer com isso:

Digamos que estivéssemos diante de um *ponto vermelho*, e que entendemos que este não seja um objeto tractatiano – vez que diante do tipo de forma que pressupomos dever ter os objetos, cores não podem ser formas porque, como vimos, são excludentes - e que este, portanto, deve ser ainda decomposto. Deveremos decompô-lo, pois, em algo ainda mais elementar, em um vermelho específico, digamos, vermelho escuro. Ora, vermelho escuro também exclui outros tipos de vermelho, então vamos mais adiante. Diremos que o ponto tem como propriedade uma freqüência vibratória correspondente à cor de vermelho que consideramos. Ora, essa freqüência exclui todas as demais. Do que depreendemos que é absolutamente contra-intuitivo que chegaremos a propriedades não excludentes.

Nada parece indicar, pois, que o final da análise lógica esbarre em um nível de simplicidade tal, que permita aos objetos tractatianos combinar-se em estados de coisas completamente independentes entre si. É bem mais fácil supor que a qualquer nível de análise a que desçamos, o que depararemos sempre é com propriedades de objetos excludentes, e que estados de coisas refletem essas exclusões.

Mas claro, ainda não há aqui fundamento lógico que garanta a necessidade dessas afirmações. Devemos, portanto, ir mais a fundo em nosso estudo da questão.

Vejamos o que afirma Tugendhat em *Propedêutica lógico-semântica* ao citar Strawson²¹: “Pois, se dizemos como uma coisa está constituída, então nós não apenas a comparamos com outras coisas, mas também a diferenciamos de outras coisas (Estas não são duas atividades, mas sim dois aspectos de uma mesma atividade)”.

Descrever algo é, portanto traçar um limite do que é o caso, através da delimitação do que não é o caso. Algo só pode ser dito como tendo um determinado atributo, se for logicamente impossível que ele não tenha esse mesmo atributo ao mesmo tempo, e é só assim que a linguagem pode dizer algo de determinado. Algo só pode ser dito vermelho, se for logicamente impossível ser dito não-vermelho sob o mesmo aspecto. E ser não-vermelho é logicamente o mesmo que ser azul, ou amarelo, ou preto etc. Segundo Strawson, a linguagem só diz algo de determinado quando diferenciamos algo através de atributos que pertencem a um mesmo âmbito de incompatibilidades, ou seja, a linguagem precisa respeitar o princípio de não-contradição se quiser dizer algo de determinado, mas por outro lado, ela precisa de predicados excludentes, incompatíveis, porque a linguagem além de dizer o que é, também precisa dizer concomitantemente o que não é o caso. Deste modo, para ele “Os predicados ‘vermelho’, ‘azul’, ‘amarelo’, etc. estão em um mesmo plano e, portanto, se excluem reciprocamente do mesmo modo que ‘vermelho’ e ‘não-vermelho’” (p.6). Deste modo, vemos que há contradição tanto entre vermelho e não-vermelho, quanto entre vermelho e azul.

Tugendhat, analisando o princípio de não-contradição esclarece:

“Se negamos uma frase (ou o enunciado feito por meio dela), afirmamos que ela (ou o enunciado feito por meio dela) é falsa. Uma frase ‘q’ é portanto a negação de uma frase ‘p’ (e está consequentemente no lugar de ‘não-p’) se ela só é verdadeira quando ‘p’ é falso [...] Dois enunciados contraditoriamente opostos um ao outro não podem ser verdadeiros ao mesmo tempo”. (p. 44 e 45).

Para que os estados de coisas sejam completamente independentes entre si, todos os estados de coisas deveriam poder ocorrer concomitantemente, já que um não interfere em nada em todos os demais. Mas se assim o fosse, os objetos deveriam poder possuir todas as propriedades externas concomitantemente, de

²¹ Strawson, *Introduction to Logical Theory*, p.5.

modo que o fato de possuir uma determinada propriedade em nada interferisse em possuir todas as demais. Se assim o fosse, propriedades não seriam excludentes.

Diante da pura lógica, supor que proposições elementares sejam logicamente independentes entre si é até plausível, ou seja, simplesmente pressupomos a independência dessas proposições, e a lógica, vista como pura sintaxe, a isso nada diz respeito.

Isso acontece porque a lógica pode até trabalhar com uma sintaxe desvinculada de uma semântica e desta forma supor signos não determinados, mas a lógica tractatiana é interpretada, ou seja, ela não está interessada simplesmente em construções sintáticas, em deduções lógicas, mas sim na linguagem como representação do mundo. Neste sentido, ela é também semântica e, enquanto semântica, vinculada a determinações figurativas que carecem de acesso a formas determinadas de nomes e objetos.

Não podemos nos esquecer que nomes não são meros signos lingüísticos, mas símbolos que representam através de sua relação projetiva com a realidade, e deste modo, absorvem as propriedades formais dos objetos que representam. Objetos deveriam poder apresentar concomitantemente todas as suas propriedades externas de acordo com a tese da independência dos estados de coisas, o que é logicamente impossível. Vejamos de um outro modo:

Conforme mostramos anteriormente, uma proposição não pode não ser verdadeira ou falsa (princípio do terceiro excluído), e, de acordo com a teoria defendida no *Tractatus*, percebemos que podemos bem imaginar que todas as proposições elementares sejam falsas e, portanto, que todos os estados de coisas possam ser inexistentes, o que nos levaria a um mundo faticamente vazio, o que consideramos ser congruente com o que defende a obra estudada. Mas ora, também uma proposição não pode ser verdadeira ao mesmo tempo que sua negação (princípio da não-contradição). Se os estados de coisas têm que ser completamente independentes dos demais, de modo que da existência de um nada se possa inferir sobre a existência ou inexistência de qualquer outro, estados de coisas representados por proposições contraditórias teriam que poder ser todos verdadeiros, o que viola o princípio de não-contradição. Ou seja, se todos os estados de coisas são independentes, pode ocorrer simultaneamente p e $\sim p$ (q,r,s etc) o que, ou por um lado viola o princípio de não-contradição, o que faria ruir

todo o construto lógico tractatiano, ou por outro lado, inviabilizaria a tese da independência de proposições elementares e estados de coisas.

Assim, percebemos que a contingência tem que ser excludente, sob pena de todos os estados de coisas serem verdadeiros, violando assim o princípio de não contradição, o que inviabilizaria todo o construto lógico wittgensteiniano. Mas por outro lado, se a contingência tem que ser logicamente excludente, a tese da independência se mostra insustentável.

Ou abriremos mão do princípio de não-contradição e consequentemente da lógica tal qual defendida no *Tractatus*, ou abriremos mão da tese da independência dos estados de coisas e proposições elementares que, por mais que seja uma opção menos devastadora, também derruba uma tese fundamental da obra, vez que sem proposições com valores de verdade independentes, segundo o *Tractatus*, não se tem como articulá-las em tabelas de verdade e, consequentemente, não se tem a determinação das proposições moleculares.

Deste modo, se um estado de coisas é existente, a proposição que o representa tem que ser verdadeira, mas obviamente, de acordo com a tese da independência, ou outro estado de coisas contraditório ao primeiro, deveria também poder ser verdadeiro, o que viola o princípio de não-contradição, ou se abre mão da tese da independência. É certamente mais fácil abrir mão da tese da independência do que de um princípio fundamental da lógica.

2. OBJETO COMO SUBSTÂNCIA DO MUNDO

A necessidade do objeto repousa na necessidade, segundo Wittgenstein, de o mundo possuir uma substância fixa, porque só assim, segundo ele, os sentidos dos proferimentos lingüísticos poderiam ser determinados.

“Ainda que o mundo seja infinitamente complexo, de modo que cada fato consista em uma infinidade de estados de coisas e cada estado de coisas seja composto de uma infinidade de objetos, mesmo assim deveria haver objetos e estados de coisas” (4.2211).

Vejamos o que diz Glock sobre a existência de tais objetos simples:

“É uma falácia passar do truísmo ‘todo complexo é formado por elementos simples’ para a afirmação controversa de que ‘há elementos simples de que são formados todos os complexos’. Além disso, a distinção entre simples e complexo não tem um sentido absoluto; uma mesma coisa pode ser considerada simples ou complexa, dependendo dos padrões que estivermos utilizando (Investigações filosóficas §§ 47-8)” (Glock, p.269).

Decomporíamos indefinidamente uma proposição em outras mais simples e estas em outras e outras e assim sucessivamente, de modo que a linguagem nunca teria uma determinação. Para evitar um regresso *ad infinitum* Wittgenstein provoca uma parada, que, segundo ele, é lógica. Ele chega aos nomes simples que correspondem aos objetos simples. Esses nomes deveriam possuir uma forma lógica comum à forma lógica dos objetos que representam. Mas quais seriam esses nomes simples indecomponíveis que se articulariam em proposições absolutamente elementares?

“A ‘composição’ real das proposições elementares é uma investigação que diz respeito à ‘aplicação da lógica’. A possibilidade da análise sem um termo definido era inaceitável para o primeiro Wittgenstein” (Glock, p. 291).

“A aplicação da lógica decide a respeito de quais proposições elementares existem. O que vem com a aplicação, a lógica não pode antecipar. Isto é claro: a lógica não pode colidir com sua aplicação” (5.557).

O que Wittgenstein não percebeu, enquanto estava debruçado sobre o *Tractatus*, é que nenhuma análise proposicional chegaria a um nível de simplicidade necessário para garantir sua teoria. Ele se livrou dessa dificuldade dizendo que esse não seria um problema da lógica, mas da aplicação da lógica. O que ele não vislumbrou é que a aplicação da lógica colidiria com a lógica, tornando sua solução inviável. O nível de simplicidade exigido pelos objetos só poderia chegar até os limites do pensável, e seus limites pensáveis esbarravam em propriedades como espaço tempo e cor, e as proposições que expressavam essas propriedades deveriam poder ainda ser analisadas. A solução foi deduzir que essas não seriam ainda as proposições elementares e que a aplicação da lógica determinaria um nível ainda mais fundamental. Ora veja, que nível mais fundamental seria esse, para além do que a ‘pensabilidade’ do objeto permite?

Bem, ele precisava de várias coisas para garantir sua teoria: de um objeto simples, com possibilidades combinatórias formais, e que só existisse efetivamente enquanto em um estado de coisas; e de proposições elementares com valores de

verdade determinados, que pudessem ser utilizados em tabelas de verdade. Ele as pressupôs.

3. INDEPENDÊNCIA DAS PROPOSIÇÕES ELEMENTARES

Essa questão, como já observamos, está profundamente imbricada na questão que tratamos inicialmente, a da forma dos objetos.

“A substância do mundo só pode determinar uma forma, e não propriedades materiais. Pois estas são representadas apenas pelas proposições – são constituídas apenas pela configuração dos objetos” (2.0231). Onde encontramos configurações de objetos é no estado de coisas atômico e propriedades materiais manifestam-se, portanto, no nível das proposições elementares que os representam.

Se quaisquer propriedades que se mostrem nas proposições elementares, além de uma forma, têm que possuir conteúdo empírico, vez que é esse conteúdo que afigura a realidade, e se a forma é a possibilidade do conteúdo, se essa forma se revela através do conteúdo, essa forma tem que ser acessível e determinável. Ela não pode legitimamente pretender pertencer a um nível de abstração inacessível ao pensamento, e depois se ‘cristalizar’ em um conteúdo acessível e que ainda nem revele essa forma. Ou a forma é inacessível e a proposição não a mostra, ou a forma é acessível através da proposição. Se a forma for inacessível, a proposição não a poderá mostrar, e a proposição não poderá ter um conteúdo, porque qualquer conteúdo mostra a forma que lhe é essencial. E se a proposição elementar não tivesse conteúdo, tampouco o teriam as proposições complexas que através delas se originam e a linguagem simplesmente não existiria, pois, o que é uma linguagem sem conteúdo?

Além disso, qualquer proposição elementar, por ter sentido, por ser bipolar, por ser, pois, verdadeira ou falsa, tem que ser acidental, contingente, não pode tratar de essências, de propriedades internas. Tudo o que é acidental, poderia ser diverso do que efetivamente é, qualquer propriedade que apresente, será uma propriedade externa. Toda propriedade externa tem que se contingente, e tudo o que é contingente tem que excluir algumas outras propriedades contingentes. É inimaginável um conteúdo que não exclua algum outro. Se a estrutura fosse fixa,

ela seria formal, seria imutável e essencial, e não contingente e acidental. A proposição elementar, pois, jamais pode ser totalmente independente das demais, na medida em que, por definição, ela precisa ser contingente, e toda contingência é excludente, é inimaginável algo contingente que não exclua uma outra situação. Como já vimos anteriormente, a assunção de contingências não excludentes nos levaria ao final das contas a ter que abdicar do princípio de não-contradição, o que nos parece absolutamente inviável.

A solução de Wittgenstein para não se comprometer com a exemplificação de objetos e proposições elementares é inventiva, mas não convincente. Ele relega essa tarefa a uma aplicação da lógica e toma como certo simplesmente que a análise de qualquer proposição deveria levar certamente a proposições elementares indecomponíveis, que fossem totalmente independentes entre si e formadas por nomes simples em ligações diretas. Será que a lógica garante tudo isso mesmo?

Ora, se a forma lógica não pudesse ser determinada, como poderíamos acessar proposições elementares? E se essas formas, por outro lado, devesssem ser determinadas – como, por exemplo, espaço e tempo, como garantir a independência de proposições elementares? Na melhor das hipóteses, haverá uma fragilidade em sua teoria sempre que se mantiverem essas duas pressuposições, objetos enquanto átomos lógico-ontológicos por um lado e proposições elementares independentes por outro serão sempre incompatíveis.

Deste modo teremos invariavelmente que: se a forma lógica estiver num nível de abstração inacessível – pois não determinável, não poderemos construir proposições elementares, se estiver num nível acessível, as proposições elementares não podem ser totalmente independentes.

Wittgenstein considerou que a lógica e a aplicação da lógica não poderiam colidir (cf. 5.557), e que através da aplicação da lógica se chegaria às formas dos objetos. Se a aplicação não pode chegar a essas formas porque essas formas, estando determinadas, inviabilizaria a tese da independência das proposições elementares, a aplicação da lógica seria incompatível com a lógica.

Wittgenstein não poderia abrir mão da tese da independência das proposições elementares. Elas precisavam ser independentes para terem valores de verdade determinados, onde o valor de verdade de uma proposição nada dependeria da verdade de qualquer outra, o que possibilitaria sua utilização em tabelas de

verdade. Sem valores de verdade independentes e determinados, segundo o *Tractatus*, não se têm tabelas de verdade, sem tabelas de verdade não se têm proposições complexas. A tese da independência é, pois, crucial ao sistema tractatiano, mas ela, como vimos, é absolutamente incompatível com a determinação dos objetos do *Tractatus* e das suas conseqüentes ligações em estados de coisas independentes, vez que a assunção da tese de independência nos levaria no final das contas a ter que, como vimos, abdicar do princípio de não-contradição adotado pela própria lógica do *Tractatus*.

4. A DETERMINAÇÃO DA FALSIDADE

“A totalidade dos estados existentes de coisas também determina que estados de coisas não existem” (2.05).

Se o modo de acessarmos a falsidade de uma proposição elementar fosse acessando a totalidade do espaço lógico, porque então observaríamos todos os estados de coisas existentes e, respectivamente todas as proposições verdadeiras, e então saberíamos todos os estados inexistentes e as proposições falsas, isso nos levaria a dois problemas: o primeiro é que teríamos que acessar todos os estados de coisas e como afirma Wittgenstein, esse espaço é infinito²²; o segundo é que mesmo que hipoteticamente pudéssemos acessar todo o espaço lógico, como poderíamos saber que o fizéramos? Precisaríamos não somente acessá-lo por completo, mas também precisaríamos da informação de que se trataria da totalidade deste, e como poderíamos obter tal informação, será que deveríamos recorrer a um anjo bom?

Se a falsidade de uma proposição só pudesse, pois ser determinada a partir da totalidade das proposições verdadeiras, mesmo que soubéssemos a verdade de todas as proposições verdadeiras, como poderíamos saber que são todas? Ora, essa é uma questão que a lógica não pode responder.

Mas, poderíamos nós então recorrer à observação direta do mundo para então determinar as proposições falsas? Isso também não resolveria a questão, visto que, por um lado, não podemos garantir a inexistência de algo simplesmente por não observá-lo, se assim o fosse, a qualquer momento poderíamos deparar com o

²² “A tautologia deixa à realidade todo o - *infinito* - espaço lógico” (4.463). Grifo meu.

tal estado de coisas que até então não havia sido por nós observado, e o que considerávamos um estado de coisas inexistente mostrar-se-ia agora existente. Por outro lado, devemos também considerar que se os estados de coisas são todos independentes, “da existência ou inexistência de um estado de coisas não se pode concluir a existência ou inexistência de um outro” (2.062), de nada adiantaria saber da existência de um estado de coisas porque ele não teria mesmo nenhum vínculo com os demais.

Se não se pode determinar a inexistência de um estado de coisas e a respectiva falsidade da proposição elementar que o representa, nem através da totalidade dos estados de coisas existentes, porque não há nenhum recurso lógico que garanta sabermos uma tal totalidade, nem o podemos fazer através da observação do mundo, porque o que observamos é somente o que existe e não o que não existe, e nem podemos acessar nenhum estado de coisas inexistente através de algum outro estado de coisas existente, visto que todos os estados de coisas são independentes, diante disso, não vejo como se teria condições de determinar a falsidade de uma proposição e, assim, não se teria como utilizar tabelas de verdade que operacionalizam valores de verdade.

Poder-se-ia tentar solucionar a questão da falsidade ainda de modo diverso. Pensemos da seguinte forma: digamos que temos um estado de coisas atômico P, composto pelos objetos a,b,c,d e um outro estado de coisas atômico Q composto pelos objetos d,e,f, e que este objeto d participasse de ambos estados de coisas através de uma mesma propriedade sua. Poderíamos pensar que se a proposição que representa P fosse verdadeira, o que significaria que o objeto d participaria da composição de P - através dessa propriedade específica em comum, a proposição Q deveria ser necessariamente falsa, vez que o objeto já se encontra combinado no estado de coisas P através daquela propriedade. De fato, se o objeto d está combinado no estado de coisas P, ele não poderá estar simultaneamente combinado no estado de coisas Q. A questão problemática aqui seria que não é que o objeto d deveria estar combinado em ambos os estados de coisas – supor isso seria entender os objetos apenas quanto conteúdo, mas que objetos da mesma forma, ou seja, que possuíssem a mesma propriedade específica encontrada em P e Q, que deveriam estar combinados em ambos os estados de coisas. “Dois objetos da mesma forma lógica – desconsideradas suas

propriedades externas – diferenciam-se um do outro apenas por serem diferentes” (2.0233).

O objeto é antes de tudo formal, e qualquer objeto que possua uma determinada forma pode participar igualmente bem de qualquer combinação legítima. Se o objeto d determinasse que só poderia existir ou P ou Q, estaríamos pressupondo que o objeto específico d - e não qualquer outro com as mesmas propriedades, teria que ser componente tanto de P quanto de Q, e isso seria uma questão não mais lógica, mas ontológica. Dois estados de coisas P e Q, portanto, não são ambos compostos pelo objeto d, mas por objetos com as mesmas propriedades que d, de modo que tanto P quanto Q podem existir concomitantemente. Exposto isso, fica claro que esse não seria um meio legítimo de se tentar determinar a falsidade de uma proposição.

Concluímos a questão da determinação da falsidade de uma proposição afirmando que através da proposta explícita de Wittgenstein – através da totalidade das proposições verdadeiras, não há viabilidade, e dentre todas as opções que pudemos investigar a questão também se mostrou insolúvel, de modo que entendo que este é um problema sem solução diante da conjuntura apresentada no *Tractatus*.

Se não se tem como determinar a falsidade de uma proposição, não se tem como utilizá-la em tabelas de verdade, e não se tem como determinar a verdade de proposições complexas. A linguagem deixa assim de demonstrar correspondência com o mundo.

5. CONTRA-SENSO DO *TRACTATUS*

Proposições com sentido dizem algo e *mostram* a forma lógica e relações lógicas entre os nomes de que são compostas, mas o *Tractatus* não é composto por tais proposições; ‘proposições’ lógicas, tautologias, *mostram* as propriedades lógicas da linguagem, mas também não é delas que o *Tractatus* está repleto. O *Tractatus* compõe-se de contra-sensos, que nem dizem nem mostram nada porque não têm significados. Ora, se o *Tractatus* é composto de contra-sensos, articulações má formadas sem significados, como se pode abstrair dele tantas

informações? Como é que essa quantidade enorme de contra-sensos, que nada dizem e nada mostram, se concatenam em um todo harmônico, em uma obra tão coesa?

As ‘proposições’ do *Tractatus* não podem dizer, não, mas dizem sim, e muito, e dizem estruturada e concatenadamente, elas seguem uma linha de raciocínio muito bem traçada e dizem, de fato, tudo o que quer que entendamos que elas querem dizer.

Dizer algo sobre conceitos formais é contra-senso. Nenhuma proposição pode tratar de um conceito formal (Cf. 4.1274). Conceitos formais são designados por variáveis e seus valores designam os objetos que caem sob esse conceito (Cf. 4.127).

“Toda variável representa uma forma constante, que todos os seus valores possuem e que pode ser entendida como propriedade formal de seus valores” (4.1271).

Não se pode falar sobre conceitos formais porque tudo o que diz uma proposição deve poder ser verdadeiro ou falso, e um conceito formal, não pode ser descrito por algo contingente. Enquanto formal, essencial, ele é necessário, se mostra, mas não pode ser descrito.

Para Wittgenstein o que é indizível se mostra através do dizível, mas o que faz o *Tractatus* é dizer mesmo o indizível e tratar a isso como contra-sensos, digamos assim, elucidativos. Ora, ou existe o *indizível* que pode ser *dito* – como no *Tractatus*; ou essa obra deveria consistir inteiramente de proposições com sentido - e deixar que o leitor, por si só, chegasse a todas as conclusões que deveriam se mostrar por si sós.

Não há proposições no *Tractatus*, nem mesmo a título de exemplo, nem mesmo a título de dizer uma única vez o que de legítimo possa ser dito. Até porque Wittgenstein mesmo admite não ter sido possível a ele dar um único exemplo de uma proposição elementar, e chegando mesmo a delegar tal tarefa a uma tal aplicação da lógica, que ele não se dispôs a implementar.

Um contra-senso se dá quando afirmamos algo sem que tenhamos atribuído significado a uma de suas partes. Como pode algo sem significado pretender constituir-se em uma verdade, ainda mais em uma verdade necessária como almejam as ‘proposições’ do *Tractatus*?

“O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com a filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas esse seria o único rigorosamente correto” (6.53).

O que deveríamos concluir, que o *Tractatus* é apenas um conjunto de contra-sensos sem nenhuma relevância? Ou ele seria apenas isso ou - numa melhor hipótese, que possa garantir algum interesse à obra -, existiriam contra-sensos que são elucidativos. Abrir-se-ia porém aqui, um precedente para que existisse uma outra categoria de proposições, aquelas que apesar de contra-sensos, possuem relevância, de modo que não poderia haver nenhum tipo de veto a quaisquer outras teorias que fossem assim consideradas. Deste modo, ou o *Tractatus* nada vale, ou quaisquer outras obras contra-sensuais também deveriam ser legítimas. Em suma: ou os contra-sensos elucidativos do *Tractatus* são válidos, mas quaisquer outros contra-sensos elucidativos terão de ser também admissíveis, ou nenhum contra-senso é admissível e o *Tractatus* não tem valor. E se todo contra-senso é legítimo, então é um contra-senso denominá-lo contra-senso.

Por que falar da forma lógica não é possível e falar de conceitos formais através de contra-sensos ‘elucidativos’ é possível? Por que não se pode falar também da forma lógica através de contra-sensos? Wittgenstein não falava da forma lógica porque não podia, porque sua teoria não comportava tais enunciados sem deixar explicitar suas fragilidades. Então, com relação à forma lógica, estávamos vetados de qualquer pronunciamento, mas com relação aos demais conceitos formais poderíamos recorrer a contra-sensos enunciáveis?

O fato de Wittgenstein ‘deixar’ seus objetos em um nível tão alto de abstração, de modo a que não pudéssemos sequer exemplificá-los, é incompatível com a possibilidade de descrição de suas possibilidades internas, de modo que: ou Wittgenstein assumiria uma metalinguagem para que se pudesse tratar diretamente e legitimamente de objetos, ou sua teoria deveria vetar qualquer possibilidade de se dizer, de se enunciar, quaisquer dessas propriedades. A opção foi a de entender que propriedades internas jamais poderiam ser descritas, mas apenas mostradas, daí a necessidade do veto à possibilidade de uma

metalinguagem, vez que essa o comprometeria com a possibilidade de enunciação das propriedades formais dos objetos, algo que Wittgenstein não teria como enunciar.

Se ele assumisse uma metalinguagem, pois, deveria ser capaz de enunciar diretamente as propriedades formais dos objetos, suas formas lógicas, deveria poder dar exemplos. Isso seria claramente incompatível, como vimos, com a teoria da independência dos estados de coisas e proposições elementares, o que destruiria sua teoria.

Por que é mesmo que a linguagem é só descrição da realidade? Por que não pode a linguagem tratar de conceitos formais, de forma lógica etc? Por que não poderíamos através de uma metalinguagem, falar sobre a própria linguagem? Por que só falaríamos sobre a linguagem através de contra-sensos? Por que uma proposição tem que ter sentido, e ter sentido é poder corresponder a um fato do mundo?! Ora, a tese é viciosa. Wittgenstein simplesmente determina que a proposição tem que ser uma figuração da realidade, e depois ele afirma que não há validade se chamar de proposição algo que não seja figuração. Nós podemos muito bem nos referir à linguagem através de uma metalinguagem, Wittgenstein é que não poderia fazê-lo porque sua teoria não comportava que o fizesse.

O *Tractatus* é uma obra tão inteligente, tão assustadoramente interessante, que simplesmente não se pode abrir mão de suas construções. Para salvar isso, desconsideramos simplesmente que de contra-senso não se tira nada. O *Tractatus* é belíssimo, aparenta uma consistência profunda e no final afirma que tudo o que ele diz é contra-senso, nós damos um jeito de fazer esses contra-sensos significativos. Se a obra não fosse bela, fosse um apanhado qualquer que se autodeclarasse contra-sensual, a jogaríamos no lixo. Mas o *Tractatus* é forte, belo, rigoroso, aparentemente convincente, resultado: salvaguardamos seus contra-sensos.

A distinção entre dizer e mostrar abstém Wittgenstein de falar sobre aquilo que ele de fato não tinha como falar - um único exemplo de um objeto ou de uma proposição elementar. A admissão de uma metalinguagem o obrigaria a poder falar abertamente sobre tudo aquilo que ele não pôde falar e relegou ao *mostrar*. Mas sobre muitas coisas ele deu um jeito de falar mesmo sem poder.

Uma metalinguagem cumpriria o papel de permitir-nos falar sobre mais coisa do que desejava Wittgenstein poder enunciar. Metalingüisticamente, se poderia

falar tudo o que falou Wittgenstein através de seus contra-sensos, mas poderíamos falar sobre mais coisas do que gostaria Wittgenstein. Poderíamos falar sobre propriedades internas, sobre forma lógica, mas Wittgenstein não poderia falar sobre isso, sua solução foi inventiva, essas coisas apenas se mostrariam. O preço por isso foi a assunção de que seu texto era contra-sensual. Mas Wittgenstein era um gênio, ele utilizou isso a seu favor, e aproveitou para garantir seu passe direto para o místico, uma utilização *ad hoc*, mas absolutamente majestosa.

Como vimos na introdução do presente texto, eram as questões morais e místicas as de maior importância para Wittgenstein. Era, pois, para ele, demais tentador erigir uma teoria filosófica que resolvesse definitivamente os problemas lógicos da linguagem e ainda abrisse as portas para a inefabilidade do místico. Esse caminho, era a distinção entre dizer e mostrar que lhe vetava qualquer discurso sobre o místico, mas o salvaguardava na mais alta conta. Wittgenstein, pois, pretendia conciliar questões lógicas, lingüísticas e místicas, onde o místico não pertenceria ao domínio do que poderia ser dito.

Reducir tudo o que poderia ser dito a proposições com sentido, sem dúvida eleva o status do que não pode absolutamente ser dito, porque o que tem valor não pode ser dito.

Wittgenstein não poderia aceitar uma metalinguagem porque isso comprometeria a sua teoria de objetos enquanto os átomos lógico-ontológicos que possibilitavam a linguagem ser uma representação do mundo.

Diante de sua teoria, a solução foi introduzir uma diferenciação entre o que pode ser dito e o que pode apenas ser mostrado. Essa distinção proibiria se dizer qualquer coisa além de descrições da realidade, inclusive as proposições do próprio *Tractatus*, que seriam assim, contra-sensos, e ainda resguardaria um espaço ao inefável, abrindo assim as portas para um místico que também não pode ser dito. Mas, de fato, de que faz uso o *Tractatus* é de metalinguagem.

CONCLUSÃO

As questões aqui expostas levam-me sem dúvida a entender que há fragilidades no *Tractatus* que parecem inconciliáveis do interior da própria obra. Pode-se tentar fazer uso de alguma mudança interpretativa aqui e ali, mas no final das contas, não vejo como se possa, de dentro do próprio texto, encontrar uma harmonia para todas as questões aqui observadas.

A pressuposição de objetos enquanto átomos lógico-ontológicos que seriam a substância do mundo já seria, por si só, problemática, considerá-la concomitantemente à tese da independência de estados de coisas se mostrou particularmente inconciliável dentro da obra. O pressuposto de uma substância fixa do mundo é simplesmente forte demais e não se justifica logicamente.

Em um sistema fechado, ser-nos-ia possível, assimilando os argumentos tractatianos, chegar a determinação da falsidade de proposições elementares, mas em um sistema aberto como a nossa linguagem, acessar a falsidade de uma proposição através da totalidade das proposições verdadeiras é inviável. Por mais que em um mero exercício lógico possamos determinar que esse seria um método válido, o que ocorre de fato é que nunca chegaríamos a uma única proposição falsa diante de um sistema não somente lógico-sintático, mas também semântico como defende o *Tractatus*.

O texto é claramente metalingüístico, mas seu conteúdo não permite que o seja. Wittgenstein tenta entendê-lo como contra-senso, mas que contra-senso é esse que diz tanta coisa que nem poderia ser dita nem mostrada?

Basicamente, portanto, essas foram algumas fragilidades que pudemos encontrar na obra. Não acredito que elas sejam por si só intransponíveis, mas pretendi tornar patente que assim o são do interior do próprio texto.

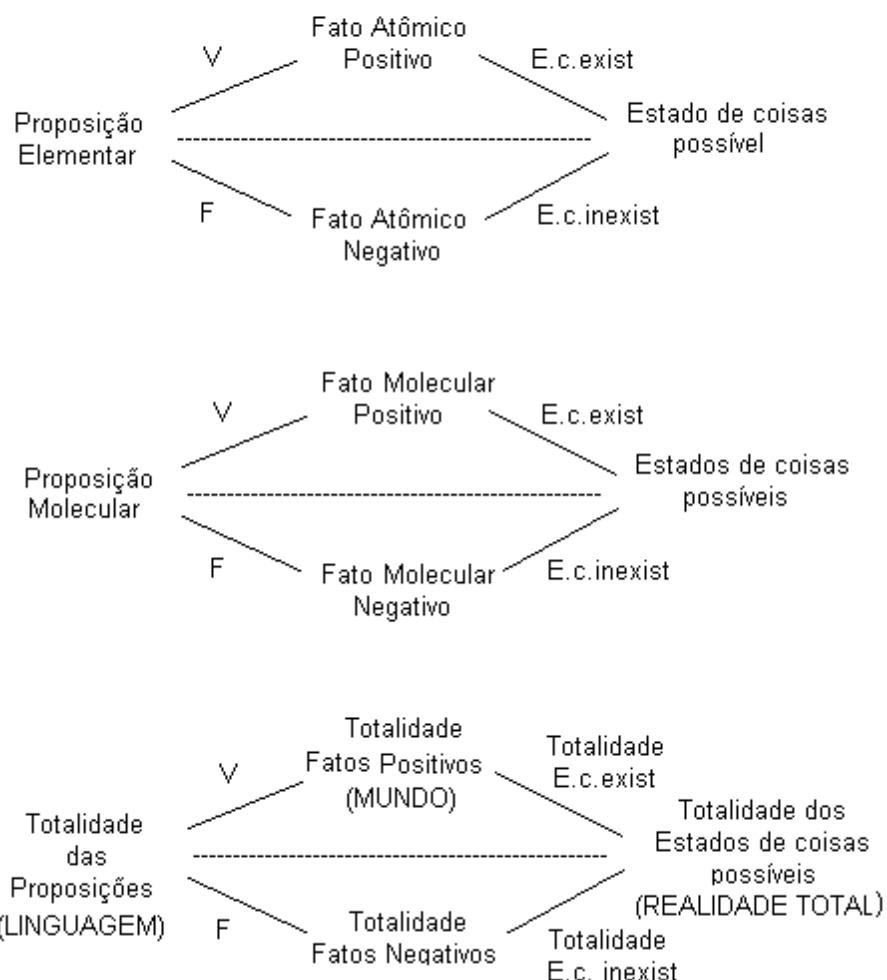
O *Tractatus* se mostrou para mim, grandiosamente fértil. Suas questões são legítimas, talvez suas respostas não tanto quanto pretendia o autor na época de sua redação, mas seu estudo é, acima de qualquer discussão, um fantástico exercício lógico-lingüístico que, a meu ver, não deve se limitar a um mero apontar de problemas, como aqui foi feito. Acredito mesmo que ele possa ser re-estudado em seus fundamentos de modo a que possamos dele resgatar muito e talvez,

acrescentar um pouco, mas esse já seria então um outro projeto, bem mais ambicioso e, certamente, mais laborioso.

APÊNDICE

Tabela de Isomorfia

Nome _____ Objeto _____



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACKER, G.P., HACKER, P.M.S. Wittgenstein: Understanding and Meaning. Volume 1 of Analytical Commentary on the Philosophical Investigations. Part 1 - Essays. Cornwall: United Kingdom: Blackwell publishing, 2005. 2. Ed.
- CONDÉ, Mauro Lúcio. Wittgenstein: Linguagem e mundo. São Paulo: Annablume, 1998.
- GLOCK, Hans-Johann. Dicionário de Wittgenstein; tradução Helena Martins; revisão técnica Luiz Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- MARGUTTI, Paulo Roberto. Iniciação ao silêncio. Análise do *Tractatus* de Wittgenstein. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- MARQUES, José Oscar. *Espaço e Tempo*; Anais do VIII Colóquio de História da Ciência. Campinas: CLE-Unicamp, 1995 (Coleção CLE, 15). pp. 109-131.
- PEREIRA, Luiz Carlos. O mistério da negação. In: Imaguire, Guido, Pequeno, Tarcísio, Montenegro, M A P (Orgs). Colóquio Wittgenstein. Coleção filosofia. Vol III, no prelo. Fortaleza: Ed. UFC.
- SANTOS, Luiz Henrique. Estudo introdutório sobre o Tractatus: A essência da proposição e a essência do mundo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- RICKETTS, Thomas. Pictures, logic, and the limits of sense in Wittgenstein's *Tractatus*. Sluga, Hans and Stern, David, orgs. In: The Cambridge Companion to Wittgenstein. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- TUGENDHAT, Ernst, WOLF, Ursula. Propedêutica lógico-semântica; tradução de Fernando Augusto da Rocha Rodrigues. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Tagebücher 1914-1916; tradução não-editada Guido Imaguire.

————— Tractatus logico-philosophicus; tradução de Luiz Henrique dos Santos; [Introdução de Bertrand Russell]. - 3. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

————— Investigações filosóficas. Col. Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.